

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E  
PLANEJAMENTO (CFOP)**

**26.06.2018**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO (CFOP)**

**26.06.2018**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Boa tarde a todos. Declaro aberta a sexta reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura, convocada com a finalidade de ouvir o Dr. Maurício Juvenal, secretário estadual do Planejamento e Gestão, que irá prestar contas do andamento da sua gestão, demonstrar e avaliar o desenvolvimento de ações, programas e metas daquela secretaria, em atendimento ao Art. 52-A da Constituição Estadual, assim como esclarecer eventuais dúvidas dos senhores deputados em relação ao projeto da LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019.

Quero registrar a presença dos deputados Carlão Pignatari, Enio Tatto, Orlando Bolçone, vice-presidente desta comissão, Itamar Borges e Davi Zaia.

Solicito à secretária a leitura da ata da reunião anterior.

**O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB** - Sr. Presidente, peço, nos termos regimentais, que seja dispensada a leitura e que a mesma seja aprovada.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - É regimental o pedido de Vossa Excelência.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Quero convidar o secretário, que já está aqui presente. Obrigado, secretário.

**O SR. ITAMAR BORGES - MDB** - Sr. Presidente, estou substituindo o membro titular do MDB, o deputado Jorge Caruso, e o deputado Léo Oliveira, que é substituto, na condição de líder da bancada.

Quero, em dois minutos, não só fazer essa substituição, mas, tendo em vista que daqui a pouco começa o Colégio de Líderes, estarei atento, enquanto não começar quero permanecer aqui para fazer um breve comentário sobre a importância deste momento em que V. Exa. traz aqui o secretário de Planejamento, para falar sobre o Art. 52 da nossa Constituição.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Primeiro, o secretário Maurício Juvenal, que há tão pouco tempo está na Secretaria, mas executando um dos mais importantes programas do atual governo, governador Márcio França, esse programa de parceria com os municípios. Quero elogiar e ressaltar a importância, em que pese que até houve alguns questionamentos no âmbito eleitoral, no aspecto de ele estar a campo beneficiando ou formalizando esses convênios.

Eu, como ex-prefeito que fui, por três mandatos, sei da importância e o quanto os municípios precisam desse apoio, e quanto o estado está fazendo bem para a saúde dos municípios, ao oferecer, ao tentar viabilizar, num curto espaço de tempo, este e tantos outros convênios importantes.

Portanto, o secretário Maurício tem uma história ao lado do governador Márcio França, na Secretaria de Turismo, na Secretaria de Desenvolvimento, e com muita competência está conduzindo esta tão ampla, que cresceu ainda mais agora no governo de Márcio França, Secretaria do Planejamento, mas com o curto tempo... Quero deixar aqui, secretário Maurício, meus cumprimentos a sua pessoa, ao seu trabalho, da nossa bancada, e o respeito pela forma que o governador Márcio França vem oferecendo essa oportunidade de parceria com os municípios, não só no planejamento, mas em outras áreas.

Sei que já aconteceram alguns problemas no interior, outros que aconteceram aqui na capital, outros que vão acontecer. Com certeza, pode gerar um ou outro comentário, mas a verdade é uma só. Quem ganha com isso são os municípios. Quem ganha com isso é o povo de São Paulo e a infraestrutura e outras parcerias que têm sido desenvolvidas.

Fora isso, quero dizer que a Secretaria tem também importantes ações que ela procura desenvolver. Eu vi, conversava com o deputado Davi Zaia, há pouco, e queria que nós juntos pudéssemos conduzir o encaminhamento que pudesse ser pautado o projeto do Detran, muito importante para não só manter aberto o Detran, mas para evitar 300 demissões, que podem acontecer.

Sei da sensibilidade do governador Márcio França, porque conversei muito com o Valverde, secretário da Casa Civil, com o próprio governador, nesse período, da preocupação que ele tem com relação ao Orçamento Impositivo. Ele tem um compromisso de que aquilo que for sendo possível vai acontecendo. E aquilo que não acontecer, como já é da própria regra do Orçamento Impositivo, que ele possa, durante

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

o período eleitoral, ter a tramitação possível com as entidades, que não têm problema de restrição eleitoral, e posteriormente serem formalizados e pagos até o final do ano.

Portanto, desejo sucesso ao secretário Maurício. Parabenizo essa iniciativa do governador Márcio França, da Casa Civil. Colocamo-nos à disposição para que sempre possamos apoiar iniciativas que beneficiem os municípios, através desse programa importante de infraestrutura, de recurso, de planejamento, além de outras áreas como a Saúde, e também esse respeito que já foi manifestado com relação ao Orçamento Impositivo e tantas outras causas que são importantes para o bom andamento do governo.

Aqui estamos no ano eleitoral, mas nós temos que ter a consciência e o equilíbrio de dar as condições para o governo executar o seu trabalho e poder colocar em prática o programa de governo e concluir a missão que tem dentro desse exercício.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado, desculpe, Sr. Presidente, mas eu justifiquei no início o porquê da minha intervenção. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Obrigado, deputado Itamar Borges.

Então, mais uma vez convido o secretário, que já está aqui ao nosso lado, para poder fazer uso da palavra. Obrigado, primeiramente, secretário, pela sua presença que é muito importante para esta comissão, importante para a Assembleia Legislativa.

Nós podemos então saber como andam os programas de metas, programas e metas em relação ao exercício deste ano, e também de 2019, em relação à LDO, que possa trazer também esclarecimentos, se houver, de algum deputado aqui dessa Casa.

Obrigado pela sua presença. Tem a palavra para trazer as explicações necessárias.

Se os deputados quiserem se inscrever para fazer uso da palavra, e até entrar em discussão, já estão abertas as inscrições. Os deputados podem se inscrever. Se formos dar o uso da palavra para todos agora, vai se estender muito.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Sr. Presidente, quero fazer uma justificativa. O “pen drive” do nosso secretário deu um probleminha, portanto queria suspender a reunião por cinco ou 10 minutos, se houver acordo, para que cheguem as informações necessárias para ele poder fazer a apresentação para todos nós.

Só por isso, Sr. Presidente.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Se houver acordo de todos os deputados, vamos suspender por cinco minutos.

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta, sob a Presidência do Sr. Wellington Moura.

\* \* \*

**O SR.PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Gostaria, por gentileza, que vocês pudessem se sentar para nós reiniciarmos à comissão.

Eu pediria para que as pessoas pudessem se sentar só para que o secretário desse início, por gentileza. Então, devolvo a palavra ao secretário. Mais uma vez obrigado Dr. Maurício Juvenal, pela sua presença - o pen drive funcionou; certo?

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Boa tarde a todos. Quero, inicialmente, saudar o presidente desta comissão, deputado Wellington Moura - peço desculpa por um pouco de ronquidão.

É um prazer estar nesta Casa. Tenho o prazer, desde 2011, de atuar no Governo do Estado, primeiramente por um convite do hoje governador Márcio França, à época secretário Estadual de Turismo, quando pudemos, num primeiro momento, desenvolver uma série de trabalhos, já com um cunho bastante interessante, de transformar indústria de turismo numa indústria de potencial econômico. De longe a indústria de turismo é a que mais cresce no mundo; e no Brasil não é diferente. Por incrível que pareça, a indústria de turismo cresce na ordem de oito por cento ao ano no Brasil. Em alguns segmentos específicos no turismo chega a 18%, como turismo de aventura, turismo de natureza e daí por diante. Num segundo momento, para ser chefe de gabinete de Desenvolvimento Econômico, e por fim, mais recentemente, fui honrado - eu brinco e vou pedir licença para o deputado Caio, que está aqui, que em algum momento de pouco juízo, o governador Márcio França entendeu que eu poderia comandar essa pasta do Planejamento, o que tenho feito, sobretudo, com o apoio de uma equipe técnica absolutamente técnica e dedicada, que eu encontrei na Casa e que me honro - sempre cito isso - limitei-me a fazer dois ou três desligamentos apenas. Mantive a equipe em função, não só do tecnicismo que eles têm, mas da absoluta qualidade que têm.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Em nome do Hilton Facchini, quero saudar toda a equipe de planejamento que, no fundo, é quem dá sustentação a essas atividades que nós temos implantado ao longo desse tempo.

Quero, ainda, saudar a presença do sempre amigo, amigo mesmo do coração, deputado Orlando Bolçone, amigo deputado Carlão Pignatari, também uma relação longa nesses oito anos de Turismo e Desenvolvimento Econômico, a presença do deputado Gilmar Gimenes, a presença do deputado Enio Lula Tatto e deputado Itamar Borges, que fez a saudação inicial, deputado Davi Zaia, o deputado Edson Giriboni, e por fim, o deputado Caio França. As nossas seis vinculadas lá do planejamento, a presença do diretor presidente do Detran, o Maxuel Borges. Agradeço, então, a presença de todos vocês.

Eu sempre acabo usando um pouco isso, mas é a absoluta verdade. Eu dificilmente faço falas em público, então talvez em algum momento vocês vão perceber aqui a mão tremendo um pouquinho, ou algum desconforto no gaguejar, mas geralmente, limitado lá nos 20 ou 25 metros quadrados da minha sala, brinco também com o governador dizendo que a parte que eu melhor produzo é a do papel tentando fazer os desenhos das políticas públicas que ele nos tem direcionado. Vamos falar um pouquinho desse contexto, não só do estado de São Paulo, mas do Brasil, para justificar boa parte desses slides que nós trouxemos.

Queria que o Gustavo apresentasse o primeiro slide, que é uma contextualização. Acho que, independentemente do nosso papel enquanto secretário de Estado, ou mesmo dos deputados aqui, é importante que a sociedade perceba, nesse gráfico, de modo muito simples. Peço para que a equipe do Gustavo possa fazer uma apresentação o mais próximo da realidade das pessoas, sem muito tecnicismo. Vocês vão perceber, de modo muito claro, que da metade do gráfico para cá - no caso de vocês para a direita - que nós registramos lá no quadriênio 2011/2014, a curva de tendência, ou a média do desempenho do PIB ao longo desse período. Então, nesse contexto macroeconômico do Brasil, nós percebemos um PIB médio nesse quadriênio de 2,7 por cento. E no quadriênio que nós estamos vivendo agora, 2015/2018, uma variação para baixo, uma variação negativa dos quatro anos, quase que nos quatro anos como um todo, de 1,8 negativo. PIB mal, é um sinal que a economia vai mal, o País vai mal, as contas vão mal, a arrecadação acaba, também, indo mal. É um cenário, me alertou o Ilton ontem, de recessão nunca visto na história do País. Estamos falando de oito trimestres acumulados de recessão.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Se nós observarmos naquele outro momento que representa 2008, nós tivemos ali quatro trimestres de recessão, e agora vivemos oito trimestres de recessão. E aí, quando o País tem um cenário desse tipo tudo fica um pouco mais difícil.

No próximo slide nós vamos ver o mesmo contexto macroeconômico, mas no caso de São Paulo.

Vejam aí claramente que nós registramos 36 meses de queda de variação negativa do PIB - está ali bem assinalado. Percebemos só a partir de setembro e novembro de 2017 um começo de retomada. São 36 meses de queda do PIB. Eu pediria só que ligasse o ar condicionado aqui um pouco para dar uma refrescada e depois que o secretário pudesse fornecer esse material aos deputados da comissão, aos deputados da Casa que também quiserem - o material ficará disponível, Sr. Presidente

Talvez o imposto que esteja mais presente de nós no cotidiano, no dia a dia das pessoas, é o ICMS. Acho que o quadro fala por si só. São 39 meses de queda real na arrecadação do ICMS. Vocês veem ali todo o período. Isso, de fato, complica, dificulta toda a gestão. Podemos falar um pouco sobre o reflexo da arrecadação tributária total. Se eu não me engano, Gustavo, nós alteramos esse gráfico; é só ICMS. Se vocês derem uma olha aí vão perceber que o que nós vimos arrecadando de ICMS este ano, nós estamos no mesmo patamar, oito anos depois então, de maio de 2010. A nossa arrecadação de ICMS hoje é a mesma de oito anos atrás. Tanto é que não dá para fazer muita mágica, nem muito milagre nesse sentido. É o mesmo cenário quando consideramos outros tributos como IPVA, ITCMD e assim por diante.

O aspecto agora é um pouco mais o aspecto de planejar. Se pensarmos em LOA, Lei Orçamentária Anual, em 2016 a expectativa era de um PIB já negativo de 0,4 com uma inflação, o IPCA de 5,5; e aí vocês têm os números do efetivo. O mesmo cenário de 2017. E para a LOA deste ano nós trabalhamos com um PIB de 2,5 e o IPCA de quatro por cento.

Estamos trabalhando com uma realidade hoje de uma inflação de 4,0 % mais o PIB de 1,5, ou 1,55 por cento. Para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que está na Casa, nós vimos trabalhando com um PIB de 3,0%, estão prevendo o crescimento, é a questão de ser otimista mesmo em relação ao desempenho da economia, e um IPCA de 4,25. E aí vocês vão encontrar um pouco do nosso cenário de receitas nesse primeiro quadrimestre de 2018, de janeiro a abril. É um quadro meio chato, vou passar pelos principais pontos, mas fico aberto a esclarecer qualquer dúvida a qualquer momento. Mas vocês vão dar uma olhada na primeira coluna que em 2017 nós tivemos uma

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

arrecadação total de ICMS de 197,5 milhões. Uma expectativa, na LOA de 2018, de 201 milhões; estamos falando de uma diferença de 4,2 milhões, uma variação nominal de 2,1 por cento.

Esse é o primeiro quadrimestre deste ano. Então, estamos falando de execução real. Temos uma variação real na casa dos oito por cento. O que de fato vinha sendo uma boa notícia - acho que eu poderia definir dessa forma - mas daí temos no mês de maio, sobretudo, o impacto da greve dos caminhoneiros, que aí corta uma curva de tendência de alta que afetou significativamente o nosso resultado, aquilo que eu antecipo do que chamamos de excesso de arrecadação que vínhamos esperando, mas que tivemos esse impacto significativo em maio - nós vamos ver mais à frente - e que cortou essa curva de tendência. Agora vamos ter que esperar um pouquinho mais o movimento de junho para sentir isso com mais precisão. E aí temos os outros tributos, como IPVA, Transferências da União, Receita da Dívida Ativa, que tem uma queda significativa em relação àquilo que nós presumimos, mas justificável, sobretudo por não termos um programa de financiamento implantado, tivemos no ano passado, mas não temos esse ano. Então, é normal. E se nós repetirmos, é uma questão mais fazendária do que propriamente do planejamento, mas se todos os anos nós lançarmos um programa de refinanciamento, ao longo de tempo ele perde um pouco o sentido.

Estão aí acho que os nossos principais números, talvez algo que chame atenção ali são as operações de créditos, quando nós falamos em receitas de capital, isso é obvio está atrelado ao fim da maior parte dos financiamentos que nós tínhamos contratado. São cerca de 90% que estamos encerrando no primeiro quadrimestre deste ano. Vou citar a linha “15”, por exemplo, para fazer esse destaque.

Podemos então virar. Aí mostra um pouco do cenário que eu falei da greve dos caminhoneiros. Vocês vão perceber ali, especificamente nas barras azul-marinho, significando o ano anterior, a cinza é o previsto, e o vermelho é o arrecadado. Vocês vão perceber uma data que é importante para nós do Governo, que é a arrecadação do dia seis, aquela arrecadação que se refere à Petrobras, sobretudo, e ao setor de energia. Só no dia seis, em relação ao estimado, nós tivemos uma queda de 72 milhões.

Lembrando que o que nós medimos em junho reflete o desempenho do mês anterior, exatamente o desempenho de maio que foi quando nós tivemos o movimento dos caminhoneiros. Num dia específico tivemos 72 milhões de perda em relação àquilo que nós estimamos arrecadar. Até a última data, eu acho que o fechamento, não sei se é



**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

de ontem ou de antes de ontem, em junho uma perda em relação à arrecadação do ICMS de 257 milhões em relação ao projetado; 257 milhões.

Aí eu acho que um pouco para tirar essa coisa do pessimismo, vínhamos, de fato, numa curva de tendência. Veja como foi o comportamento em maio, quando vocês analisam o ano anterior, o previsto é arrecadado, vínhamos num desempenho bastante positivo, pouco do que... despesas.

Então, que vimos falando aí, falamos do quadro de receitas, queria falar um pouquinho do quadro de despesas. Acho que aqui o mais importante era comentarmos ali, na última linha, acho que vocês podem observar, estamos falando em uma variação nominal, um crescimento da despesa de 4.1 por cento. E aí a pergunta que vem à cabeça, de todo cidadão, inevitável isso, “Mauricio, mas num cenário desse, num cenário de crise ou de saída muito lenta da crise, por que um crescimento de 4.1 na despesa?” O maior impacto no crescimento dessa despesa, todo mundo sabe aqui, ou a maioria deve saber, é o pagamento da dívida com o governo federal.

Vínhamos fazendo o pagamento de 10%, e a partir desse ano estamos fazendo o pagamento cheio da dívida, foi resultado do acordo da negociação feita com o governo federal. Esse acordo da dívida, vamos lembrar que a nossa dívida, 90% dela é composta de dívida interna, só 10% externa, e desses 90% de dívida interna, 90% são a dívida com a dívida dos estados, então a dívida do estado de São Paulo com o governo federal.

Vejo que mesmo em função disso, as nossas despesas com pessoal, que é sempre uma preocupação também da sociedade, querem saber como é que está o nível de despesa com pessoal. A variação nominal que previmos está confirmada, tivemos aí, ao contrário de outros anos, os 3,5% de aumento para a administração direta, e mesmo assim vamos conseguindo manter o nível. É óbvio que nos próximos meses devemos sentir um pouco mais desse impacto, do reajuste de 3,5%, 3,5 no caso do funcionalismo quase como um todo, e 7% na Educação, mas vamos conseguindo manter um nível, apesar desses reajustes, bastante razoável. E alguns outros números que colocamos que também parecem importantes.

Falar um pouquinho aí, como o deputado Itamar brevemente destacou, dessa alteração que a Secretaria de Planejamento sofreu desde a chegada do governador Márcio França. Nós tínhamos duas subsecretarias, ou Subsecretaria de Planejamento Orçamentário e a Subsecretaria de Planejamento Estratégico e Gestão Governamental, onde, entre outros, temos lá a Unidade Central de Recursos Humanos, a Escola de Governo, o DPME, entre outros.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Quero registrar a presença do deputado Marco Vinholi, também membro desta Comissão.

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Agradecer a presença do deputado, à disposição aí.

Aí criamos então duas outras subsecretarias. Na verdade, não criamos; uma subsecretaria foi transferida do arcabouço da estrutura da Casa Civil, que é a Subsecretaria de Articulação com Municípios, e foi criada uma Subsecretaria de Relações Institucionais, entre outros, para que tivéssemos um diálogo com esse público interno mais qualificado, mas também com a transferência de duas outras vinculadas, Investe São Paulo, saindo do Desenvolvimento Econômico, e a Desenvolve São Paulo, saindo da Fazenda em direção ao Planejamento, para que pudéssemos estabelecer um diálogo institucional mais qualificado dentro e a partir da Secretaria. Uma parte um pouco mais densa. Com a vinda da Subsecretaria da Casa Civil, é óbvio que aí a principal personagem que conhecemos bem são os Erplans, os antigos, mas que mantiveram os nomes.

Os antigos escritórios regionais de planejamento, lembro que eles eram do Planejamento, foram à Casa Civil e agora houve simplesmente, do ponto de vista da estruturação organizacional, o retorno. E detalhamos um pouquinho mais a atuação da Subsecretaria de Planejamento Orçamentário. Não sei se o cérebro ou o coração da Secretaria, podemos discutir, mas pedindo licença ao Wilton, a quem eu respeito muito, e ao Gustavo também. Veja, essa oportunidade de ter passado pela Secretaria de Turismo e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico me permitiu, brincamos lá internamente, quando fazemos nossas discussões, estar do outro lado da mesa e entender um pouco como o governo se sente nas análises orçamentárias, que são tão necessárias e reais, mas que por vezes entendemos burocráticas, cheias de questionamento, que são necessárias de serem feitas, mas que eu pedi para a equipe, que entendeu e aceitou já de largada, para que pudéssemos ter, naquilo que chamamos de orçamento disponível em cada pasta, um pouco mais de liberdade, para que cada secretário pudesse atuar no disponível com solicitações orçamentárias.

Lógico que não de crédito suplementar, sem oferecimento, estamos falando de crédito suplementar com oferecimento. Então algumas reprogramações, ou algumas trocas de despesa corrente por despesa de capital, que pudéssemos ter um pouco mais de

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

sensibilidade com aquilo que acontece na ponta, com que as outras 26 secretarias fazem, para que pudéssemos emprestar um pouquinho mais de operacionalidade a essas políticas públicas, que, óbvio, ganham um contorno de continuidade, mas um contorno diferente sobre a gestão do governador Márcio França.

E acho que temos conseguido um relativo sucesso. A relação com as secretarias tem sido no mais alto nível, eu defino isso, o governo está acostumado a dizer não, então para quem estava do outro lado do balcão essa sensação é real. Acho que se tiver algum representante de outras secretarias aqui vão confirmar isso. Hoje trabalhamos prioritariamente com o desejo de sim, e quando não é possível dar um sim, é possível talvez produzir um sim, e quando não for possível produzir um sim, presidente, que ao menos justifiquemos esse não claramente, para que possamos, de fato, avançar num nível de execução no maior nível de execução possível, para que de fato consiga cumprir as políticas públicas de governo, as metas de PPA, e assim por diante.

A pedido do presidente, essa apresentação será disponibilizada, não só à Casa e aos deputados, mas se um dos presentes quiser é só deixar o e-mail com a Assessoria. Repassamos para não ficar num sistema chato de lermos cada uma das películas.

Bom, temos além da Subsecretaria de Planejamento Orçamentário, a Subsecretaria de Planejamento Estratégico e Gestão Governamental, uma área sempre delicada, que é a área das perícias médicas, mas com registro de desempenho também muito positivo. Para vocês terem uma ideia, registramos, nesse primeiro quadrimestre, quase 90 mil perícias médicas realizadas, também num trabalho de convencimento que a subsecretária Kelly tem feito junto ao DPME, junto ao comando do DPME, de modo que possamos ter mais agilidade, que possamos ter um atendimento ao servidor cada vez mais qualificado.

Acho que podemos passar aí um pouco das metas. Sempre chama a atenção, em 2007 tivemos aí, produzidos por essa mesma subsecretaria, 27 pareceres de análises de metas e apuração de resultados de BR, bônus por resultado. E nesse primeiro quadrimestre de 2018, o apoio não só a essas questões, mas às comissões intersecretariais e a outros nove órgãos com propostas de BR, de bonificação por resultado, em 2018. Esse é sempre um assunto delicado. Acho que uma orientação que temos feito lá - perdoem-me se em algum momento cometo alguma falha ética - não dá para definirmos, essa foi uma orientação expressa do governador Márcio França, um bônus por resultado a partir de metas que sabemos que são facilmente alcançáveis.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Então eu já sei que tal carreira consegue desenvolver cinco itens naquele mês, aí defino como meta quatro. Aí você faz um bônus por resultado, que no fundo não tem nenhum sentido de ter o nome de bônus por resultado. Ou estabelecemos uma meta que seja alcançável, e por isso que talvez esse secretário lá não tenha, vamos dizer assim, um percentual de aceitação um pouco melhor, porque de fato nós estamos revendo todos esses procedimentos, para que tenhamos metas que efetivamente correspondam, em termos de resultados, aos anseios da sociedade.

A Subsecretaria de Articulação com o Município, talvez a mais conhecida das subsecretarias, trouxemos da Casa Civil com o mesmo papel, houve uma simples transferência de secretaria. Na verdade, Secretaria Tutelar passa a ser Secretaria de Planejamento. Vou contar um episódio aqui, só para ilustrar: uma repórter da “Folha de S.Paulo”, aliás uma repórter muito competente, hoje me ligou, perguntando: “Secretário, percebi lá uma alteração, um crédito suplementar na Secretaria de Planejamento da ordem de 279 milhões. Isso é para asfalto?” Esse foi exatamente a suplementar que foi transferida da Casa Civil, que já existia lá na Subsecretaria de Articulação com o Município. Na vinda para a Secretaria de Planejamento não vem só a estrutura, vem também o orçamento que estava previsto inicialmente lá. A publicação dá a impressão de que é um crédito suplementar por um programa específico e efetivamente não é o caso.

Acho que ainda podemos falar que em 2017 tivemos 600 convênios firmados com 387 municípios, estamos falando em 132 milhões, e no primeiro quadrimestre de 2018, 379 convênios firmados com municípios no aporte aí da ordem de 120 milhões. Esse fechamento é até abril. Eu acresceria aqui maio, onde nós firmamos mais outros 172 convênios, com aporte de 98 milhões. “Maurício, um desempenho X por cento superior ao registrado ao longo de todo o ano de 17.” Esse é um ano, por conta do processo eleitoral, que tem peculiaridades, uma delas a vedação de conveniar com municípios a partir de 6 de julho, que haja convênios onerosos, repasse de recursos, e é óbvio então... aliás, como aconteceu em 2010, como aconteceu em 2014, observamos o mesmo fluxo em 2018. Está acontecendo nesse primeiro quadrimestre ou nos primeiros cinco meses do ano uma aceleração da formalização de convênios. Eu acho que nós tínhamos aí, eu não sei se entra agora, o mapa dos convênios formalizados. Esse dado que não estava no slide inicial, nós estamos falando então do resultado de maio e fizemos questão de colocar esse mapa para que todos percebessem a abrangência territorial do que estamos dizendo aqui.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Quase todas as 16 regiões administrativas do estado atendidas. Eu tinha pedido para fazer um segundo mapa ainda mais completo que somava então de janeiro a maio a abrangência territorial desses convênios que vêm sendo firmados.

Presidente, permita-me uma segunda brincadeira sem graça? Acho que todos viram a matéria que o jornal “Estadão” publicou ontem ou antes de ontem com o relato exato de todos esses convênios que celebramos, sobretudo ao longo de maio. Achei a matéria até de certo modo positiva, só usaram a foto errada, brincando com vocês. Eu saí ali pesando uns trinta ou quarenta quilos a mais. Eu não emagreci tanto quanto o governador Márcio França, mas eu perdi ao longo do tempo alguns bons quilinhos.

Para nós, um pouco da execução orçamentária e física da Secretaria de Planejamento e Gestão. Acho que podemos talvez pegar aí, escolher um ou dois indicadores. Eu marquei aqui a questão do gerenciamento do auxílio-alimentação, que chamamos de 4.769, o compromisso do governo de atender 100% da administração direta com auxílio-alimentação, os números estão colocados ali.

Acho que outro número significativo, mas que eu já chamei atenção, é o da realização das perícias médicas. É o último indicador nesse quadro. Garantindo absoluta transparência nesse trabalho do qual me orgulho muito de aceleração dos convênios com os municípios está na transparência seguinte. Nós temos duas rubricas, duas linhas, a 2.272 e a 4.477, que se somam e que falamos especificamente dessa atuação com convênios e municípios.

No caso da 2.272, vocês vão perceber que de janeiro a dezembro de 2017 nós liquidamos um total de 136 milhões de reais em recursos de convênio e uma previsão de 230 milhões de reais na LOA para 2018. Isso está diretamente relacionado à questão aprovada na Assembleia das emendas impositivas da qual parte delas já começamos efetivamente a liquidar. Soma-se o programa 4.477 também. E a exemplo do que vínhamos abordando na questão das subsecretarias, essas quatro que compõem a Secretaria do Planejamento e Gestão.

Uma das nossas vinculadas mais forte é o Iamspe, que esse ano enfrenta de novo uma questão orçamentária grave, mas que a equipe já está trabalhando no melhor equacionamento dessa questão para que possamos, sobretudo, prestar esse atendimento médico ao servidor de um modo também mais qualificado possível. Queria só deixar no radar de vocês que nós estamos falando de um plano de saúde, entre aspas, de um atendimento médico e hospitalar para nada menos do que 1,3 milhões de vidas. Não é pouca coisa.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Acho que é uma carteira que realmente dá trabalho. O custo com Saúde é alto. Cresce, não para de crescer, mas vimos tentando emprestar a eles o melhor suporte possível do ponto de vista da secretaria, já que a secretaria é o órgão tutelar.

Outro órgão vinculado, o Detran. E se me permitem, falo com muita tranquilidade porque estou lá há dois meses e meio, completando o terceiro mês. Nós vimos assistindo a um histórico de transformação do Detran não só na responsabilidade do trato da coisa pública.

Podemos até entender que ainda há problemas lá e problemas sérios, mas o presidente Maxwell vem trabalhando com afinco na solução deles, mas, sobretudo, podemos nos orgulhar hoje de ter um Detran do século XXI. O Detran se tornou em termos de agilidade, de atendimento, de fato, numa referência de governo, como é o Poupatempo, como é o programa “Via Rápida” da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Nós vimos cada vez mais trabalhando em questões de base tecnológica e de inovação que têm sido muito significativas nesse novo momento, nessa nova fase do Detran.

E temos também uma série de películas que eu poderia detalhar aqui, mas vou deixar o material sobre essa questão dos avanços que o Detran vem registrando ao longo do tempo. Outro órgão vinculado que nós já encontramos, a Fundação Seade, e que ainda por conta de uma decisão do governo do governador Geraldo Alckmin na verdade reuniu a extinta Fundap e também o Cepam.

Então, a Fundação Seade vem prestando um serviço de assessoramento direto muito significativo não só à Secretaria de Planejamento e Gestão, mas a pelo menos 19 das outras secretarias que nós temos no estado com levantamentos técnicos e com base de informações que permitem o planejamento estratégico muito mais - estou com essa palavra na cabeça - qualificado.

Não conhecemos a Fundação Seade, mas acho que esse cenário aqui mostra definitivamente o papel importante que a fundação tem, sobretudo depois que agrupou as ações da Fundap e do Cepam na questão do gerenciamento, na questão do acompanhamento das políticas públicas do governo. Aí a primeira das duas vinculadas que foram transferidas para a Secretaria de Planejamento e Gestão. Essa eu conheço relativamente bem porque estava vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Por entender que ganha um papel estratégico econômico maior, o Dr. Márcio pediu a transferência da estrutura para a Secretaria de Planejamento e Gestão. Vamos

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

lembrar que a Investe SP é responsável hoje pelas principais, senão por todas as estratégias de atração de investimentos para São Paulo e o desempenho da Investe SP comparativamente com todos os outros estados da Federação é de um resultado pelo menos 50% melhor. Nós, às vezes, tínhamos dificuldade lá na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação de convencer a imprensa: “mas não é possível que num momento de crise São Paulo esteja instalando tantas empresas”.

E exatamente São Paulo, óbvio, pela retaguarda que tem, pela infraestrutura que consolidou ao longo do tempo, pelas 19 melhores rodovias em 20 do País que tem, acaba se tornando competitivamente mais atraente para instalação dessas empresas. Até o estabelecimento a partir da Comissão de Avaliação da Política de Desenvolvimento Econômico do Estado, da qual eu fazia parte, até pelo estabelecimento de tratamentos tributários diferenciados, não como fator de entrada na guerra fiscal, mas de atração desse investimento para São Paulo, foram decisivos para que tivéssemos esses números gerados ao longo dos últimos anos.

Vejam que esse número é só de 2018. Temos essa atração, esse nível de atração de investimento para o estado de São Paulo. Aí algumas das grandes empresas, os nove anúncios que nós fizemos nesse primeiro quadrimestre de atração de novas plantas para o estado de São Paulo. Uma série de outras, os estudos de competitividade que eles têm, não só estudos e encontros regionais, a Investe SP desenvolve um trabalho importante.

Os prefeitos têm elogiado isso no sentido de identificar a potencialidade, no sentido de identificar a vocação de cada um dos territórios nossos para que justamente os investimentos possam ter maior efetividade na ponta, efetividade essa que também tem sido emprestada quando tentamos levar o produto de São Paulo para o exterior, para outros mercados e dos quais temos obtido também bastante êxito.

O projeto “Chega Mais” é mais uma atividade da Investe SP associada à Junta Comercial do Estado de São Paulo no sentido mais de ajudar as pequenas e microempresas para que elas possam sobreviver por mais tempo. E, de novo, presidente, peço licença, eu me referia aos investimentos da Investe SP só de 2018 e agora da Desenvolve SP também por conta da convocação se referir mais ao primeiro semestre, mas temos esses dados acumulados também dos últimos três anos caso vocês desejem conhecer.

De novo, agora a Desenvolve SP, muito claramente, de janeiro a abril o investimento de 2.8 bilhões de reais já desembolsados, com quase 4.000 mil contratos

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

formalizados e 2.050 empresas atendidas, sobretudo nas linhas, de novo, que têm base tecnológica os projetos e que também têm base de inovação. E alguns dados no próximo slide, temos também os limites mínimo e máximo de financiamento, de desembolso, pela Desenvolve SP. Mais um slide, os desembolsos do Banco do Povo Paulista.

Estamos falando em quase 40 milhões de reais desembolsados, mais de 5.000 contratos formalizados, 367 municípios atendidos, 473 operações em aprovação e que significam mais 2.7 milhões de reais a liberar e aí as liberações por setores da economia. E, mais uma vez, no próximo slide, a abrangência territorial dessas liberações. Já estamos caminhando para o final dessa primeira fase de apresentação, um pouquinho da LDO apresentando...

Por determinação do governador, estamos incluindo na proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias o programa que acho que vocês têm ouvido falar, o “Via Rápida 18”. O governador pretende, a partir de janeiro, implantar e beneficiar 100.000 jovens dentro de uma prerrogativa que a Constituição Federal tem. Aliás, na época proposta pela Secretaria Especial de Direito Humanos, o ministro José Gregori, e que permite então para esse público jovem que vive em extrema vulnerabilidade que o Estado possa emprestar através de um programa de caráter absolutamente social, uma atividade digna para que ele possa fazer.

No fundo, é uma proposta... Desculpem-me a ousadia de usar um termo que, talvez, não seja o mais apropriado. Queremos ganhar esses meninos para a sociedade, em vez de perdê-los para a criminalidade. Precisamos avançar de modo muito significativo com essa política no estado de São Paulo. Estamos dando início ao programa agora, em julho, naquilo que o doutor Márcio classificou como uma provocação.

Houve um critério de seleção estabelecido para 16 municípios do estado de São Paulo, um por região administrativa do estado, selecionado exclusivamente pelo critério de menor orçamento per capita, combinado com o maior índice de violência. O que chamamos de vulnerabilidade, para determinar a escolha de municípios, era o menor orçamento per capita combinado com o ranking da violência. Não foi furto, não foi roubo. Pegamos a taxa de homicídios como o maior grau de violência.

Pretendemos que esses meninos, já a partir de julho, nos 16 municípios, estejam efetivamente atuando. É outro programa, do qual particularmente me orgulho, porque é uma determinação do doutor Márcio quando ainda estava na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.



**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Víamos que, não só com planejamento, mas com o campo funcional do próprio desenvolvimento econômico... Na verdade, não estamos propondo como programa novo na LDO. Estamos especificando lá uma ação, se eu não estiver usando o termo errado, dessa questão da pavimentação asfáltica, tão necessária para 99, para 9 em 10, para 99 em 100 dos municípios paulistas, no sentido de determinar uma melhor qualidade de vida para o seus habitantes.

Essa era, basicamente, a apresentação. Eu não queria me alongar muito mais. Fico aberto às perguntas que forem necessárias e para complementar algum dado que tenhamos aqui, caso os presentes deputados assim desejem fazer. Agradeço a todos.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Obrigado, secretário. Estão abertas as inscrições. Os deputados já se inscreveram. Caso tenha algum que queira se inscrever. Deputado Orlando Bolçone, tem o tempo regimental de 10 minutos para utilizar e fazer perguntas ao secretário.

**O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB** - Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar o presidente Wellington Moura e o meu colega há sete anos na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, Enio Tatto, com quem aprendi muito a respeito do tema de políticas públicas. Uma saudação muito especial, aliás, especialíssima, ao secretário Maurício Juvenal.

Ele é uma pessoa... Vemos o seu preparo técnico neste momento. Mas vou me permitir lembrar o histórico, um pouco do histórico do secretário Maurício Juvenal. De uma forma muito rápida, ele... Quero saudar também o deputado Carlão Pignatari.

Quando o secretário e vice-governador Márcio França assumiu a Secretaria de Turismo, ele buscou um técnico de competência comprovada, de experiência e preparadíssimo para desenvolver uma das ações estratégicas mais importantes para o presente e para o futuro do estado de São Paulo. Eu diria que mesmo para o País, porque vai servir de exemplo, vai ser alvo de debate nas eleições presidenciais, utilizar o Turismo como estratégia de desenvolvimento local, integrado e sustentável.

O Maurício foi quem... Essa ideia brilhante do governador Márcio França, então secretário, foi o Maurício quem teve o desafio de desenhar esse programa extremamente exitoso e que vem mudando a vida de São Paulo. Em especial, no seu interior. Quero fazer, também, uma análise da apresentação do secretário Maurício. Mas antes quero fazer o registro da sua competência.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

O trabalho desenvolvido possibilitou que ele acompanhasse o nosso vice-governador na Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Os números aqui atestam, neste momento em que passamos pela maior crise da história do País, uma política exitosa, em especial de enfrentamento à guerra fiscal, abrangendo sempre dentro desse conceito de desenvolvimento local, integrado e sustentável, atingindo praticamente todos os municípios do estado de São Paulo.

É importante que fiquem registrados nos Anais desta Casa e, em especial desta comissão, esses fatos.

Outro detalhe importante, que acredito que os colegas observaram, foi a questão da estratégia montada pelo governador Márcio França e pelo secretário Maurício Juvenal na chegada ao Planejamento. Nós tivemos - acompanho já há muito tempo - grandes secretários de Planejamento no estado de São Paulo. Nos nossos sete anos aqui, trabalhamos com o secretário Júlio Semeghini, com o professor doutor Andrea Sandro Calabi, depois o Marcos Monteiro.

O toque diferencial deu uma dimensão do Planejamento, não só orçamentário, que é muitíssimo importante, mas para o planejamento estratégico. O que fez? Vimos, nessa apresentação, que o estado de São Paulo está sendo conduzido nesse período, avançou nesse período, em cima de um PPA que tive a honra de relatar aqui na Casa, no sentido de aperfeiçoar, porque é assim que deve ocorrer com o Planejamento.

O Planejamento não é um plano fixo, mas, sim, um processo constante, dando uma dimensão maior. O Planejamento, sob a orientação do secretário Maurício Juvenal, é um novo desenho. Possibilita, ao mesmo tempo, planejamento local. O Orçamento começa nas cidades. Cada cidade, por menor que seja o município, é lá que começa e deve ser o alvo das ações do planejador.

Outro aspecto é a questão da forma como se desenha, deixando aquele tratamento puramente técnico-orçamentário para demonstrar que o Orçamento é a principal peça do Planejamento. O Planejamento tem que ter essa visão de desenvolvimento econômico, não de ser puramente uma peça contábil - com o respeito que temos, eu tenho formação contábil -, mas um plano tem que mudar a vida das pessoas.

Os relatórios que temos, aqui, demonstram. Por falar em relatório, um aperfeiçoamento no sentido dos relatórios aqui apresentados.

De novo, com todo o respeito, os secretários anteriores foram pessoas por quem tenho profundo respeito, mas, no momento de crise e dificuldade em que vivemos... O relatório apresentado, não só a forma didática e tranquila com que V. Exa. apresenta,

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

mas as peças apresentadas são diferentes e são novas. Eu diria que inova até mesmo as apresentações que acompanho e que a União faz. Ao ponto do didatismo de chegar a cada órgão.

Eu diria que, às vezes, não na Assembleia, que os deputados são estudiosos... O público, até mesmo na Academia, não conhece a importância e os órgãos sobre os quais o Planejamento atua. Aqui, não só foi demonstrado isso de forma corretíssima, mas, também, os relatos de cada órgão em um nível de detalhamento que foi demonstrado. Mostrando o número dentro do órgão e demonstrando o impacto no estado de São Paulo.

Nós vimos, o estado de São Paulo é todo coberto, em todas as nossas regiões. O Planejamento sob sua direção teve ações. Podemos atestar. Podemos aqui... Para a nossa função de fiscalizar, foi uma grande contribuição. Mais que isso, aponta o futuro. É isso que é importante. Na realidade, a nossa legislação, a nossa Constituição do Estado, fala de uma audiência que vai tratar de como foi o passado. Mas V. Exa. foi além.

A sua equipe é de altíssima competência e consegue dar o sentido da continuidade e da efetividade, que é um dos princípios constitucionais. Da efetividade dos gastos, da continuidade das ações. Vossa Excelência aponta o futuro. Em especial nos dois programas, no caso, o Via Rápida 18 e a questão do asfalto. Parece uma coisa muito simples. Parece simples, mas tem importância fundamental na vida das cidades. Porque trata de duas coisas. Primeiro, a recuperação das vias.

Abrindo um parêntese, a forma republicana e democrática, premiando a competência, deixando todos os municípios, ajudando as suas prefeituras, no sentido de que elas e os órgãos diversos, que eles estivessem nos Erplans sob a sua direção.

É um órgão de orientação, é um órgão que pôde dar todo o suporte e toda a orientação técnica. Esses dois programas, um, a questão do asfalto ele dá condição às vias bem conservadas, eles dão condição até de autoestima para a população, que passa a ter orgulho da sua cidade.

Eu vi o “Via Rápida 18”, essa perspectiva futura já com esse início de 15 cidades de dar uma opção para os nossos jovens. Diante disso, deixo uma pergunta síntese, com a benevolência do meu presidente: como nós estamos vivendo uma crise política difícilíssima, uma crise, inclusive, de confiança, como que o senhor enxerga para o próximo ano, e para os próximos anos, nas suas análises e nas da sua equipe, que perspectiva econômica e social nós podemos visualizar, que cenário nós podemos visualizar para o estado de São Paulo?

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Parabéns, muito obrigado. Obrigado, presidente, pela benevolência.

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Obrigado, presidente. Eu queria, antes de responder a pergunta do deputado Bolçone, só, sinceramente, viu, acho que quem me conhece há um tempinho aí sabe que eu não sou de fazer média. Eu não sei se isso é bom ou ruim, presidente.

Nem filiação partidária tenho e me sinto honrado com o convite do Dr. Márcio. Mas, eu saudei o deputado Enio aqui. O Enio é sempre uma referência para nós. Quem conhece o histórico do deputado, histórico de atuação, sabe o quanto ele foi decisivo na implantação de uma série de políticas públicas em benefício do povo paulistano, do povo paulista, dentro da atuação partidária que ele sempre teve.

E, aí, eu me sinto, como filho de dois nordestinos, que, lá na década de 40, vieram para São Paulo para se instalarem ali no polo industrial de Cubatão. Eu dividi essa mesa com Carlão. O Carlão é suspeito porque é meu amigo - eu vou cometer outra impropriedade aqui - me enche o saco no Turismo desde 2011, o deputado Wellington pela trajetória que tem e o deputado Bolçone, acho que muito pela afinidade que temos de ter atuado em organismos internacionais como o Pnud, com o qual já tivemos possibilidade de trocar muitas ideias.

Mas, toda esta fala é para dizer que o Bolçone acabou sendo exageradamente generoso comigo na fala, mas agradeço aí o destaque, deputado.

Sobre perspectiva, é óbvio que a gente vinha construindo um cenário bastante otimista. Vínhamos comparando os números, sobretudo, do ICMS. O ICMS é sempre uma referência fundamental para a gente. Lembro-me de uma das primeiras conversas minhas com o Hilton Facchini.

A Fipe falava num excesso de arrecadação, numa tendência de excesso de arrecadação. Poderia chegar a quatro bilhões. Achávamos otimista demais, de três a quatro bilhões.

De modo mais conservador, nós falando em um bilhão, Hilton brincava: “Um e meio, dois bilhões de excesso de arrecadação”. O que significaria, comparativamente com o que nós vínhamos trabalhando nos últimos anos, algo extremamente significativo.

Somos pegos por um movimento como esse, onde podemos dizer que nesses 20 e poucos primeiros dias uma queda de arrecadação do ICMS, que vai bater, certamente, no fechamento do mês, vai bater em 300 milhões.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

E quando nós falamos, ali, por exemplo, no caso da Petrobras e do setor de energia - que o dia seis, dia sete é o dia crucial quando identificamos, deputado, a arrecadação - essa é uma questão que não se recupera.

Ali, o cara que deixou de abastecer o carro não vai abastecer pela segunda vez. “Ah, eu não abasteci, vou abastecer.” Isso não se recupera. Quando falamos na perda na data das montadoras, talvez possamos ter um esforço de venda aí e que recuperemos alguma coisa. Mas, essa perda que nós acumulamos, até hoje não se recupera.

Acho que ainda é cedo para traçar uma perspectiva de como será 2019. Mas, se houver um esforço comum de todos nós - todos nós, que eu digo, cidadãos brasileiros -, certamente teremos um ano muito melhor que 2015, 2016 e 2017. Mas, passa, efetivamente, reconheçamos, por alcançarmos um momento de estabilidade política maior no País, porque daí reflete todo o comportamento da economia.

Torcemos para que tenhamos uma definição política de comando para o País que permita, então, termos um planejamento, uma estabilidade, que nos permita, efetivamente, realizar, de modo sereno, para que consigamos fazer com que não só o País, mas o estado possa voltar a crescer.

Essa história de São Paulo como locomotiva do País parece antiga, parece arcaica, e talvez até seja. Eu acho que nós nunca podemos esquecer o que está lá no brasão do estado: “Pelo Brasil, façam-se grandes coisas”.

Tem muita gente que costuma dizer o seguinte: “São Paulo conduz, não é conduzido”. Isso é o que está no brasão da prefeitura, no brasão da municipalidade. No brasão do estado de São Paulo é que pelo Brasil façam-se grandes coisas. Então, desde a origem, São Paulo tem esse dever de ser referência, de ser número um para o País.

Obrigado pelas palavras, Bolçone.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto, pelo tempo regimental de 10 minutos.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Sr. Presidente, quero cumprimentar o deputado Wellington Moura, nosso presidente, deputado Carlão Pignatari, deputado Orlando Bolçone, que sempre ensina mais do que aprende conosco, nosso mestre, e cumprimento o secretário Dr. Maurício Juvenal.

Secretário, o senhor está na pasta há um mês? Dois e meio. Veio de que área? Da iniciativa privada? É funcionário de carreira?

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Não. Eu vim para o governo em 2011, para a Secretaria de Turismo. Eu estava vinculado, antes, ao Pnud. Atuei na ONU, e, depois, no Brasil, especificamente no Pnud.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Está bem, obrigado. Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão. Eu acho que iria abrilhantar, iria acrescentar bastante a esta comissão.

Inclusive, antes de eu fazer o uso dos meus 10 minutos regimentais, hoje estava prevista aqui na Assembleia Legislativa uma audiência para discutir a LDO, e a nossa audiência pública foi cancelada.

Parece-me que algumas entidades, algumas pessoas vieram e não ficaram sabendo desse cancelamento. Então, eu quero sugerir - eu sei que não está no protocolo, mas acho que seria gratificante para nós - de abrir o espaço para duas ou três entidades que estão aqui presentes para eles usarem os três minutos deles e eles poderem fazer uma colocação, uma reivindicação, até para eles não perderem a viagem.

Sabemos que isso será marcado novamente, mas abrilhantaria esse debate com a presença do secretário do Planejamento aqui se eles pudessem fazer uso da palavra. Então, eu sugeriria que fosse feito uso da palavra pelo pessoal do Fórum das Seis, sempre atuante, o pessoal do DCE da Fatec e a Da. Nadir Sampaio, que ela entrou com uma ação civil pública sobre os autistas.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Deputado, seria importante, até por questões regimentais, ouvirmos primeiro os deputados. Em seguida, podemos abrir a reunião, sem dúvida, para essas entidades.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Mas fica garantido?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Por este presidente fica garantido.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Está legal.

Cumprimento a todos aqui presentes. Quero parabenizar o secretário por já ter vindo à Comissão, estando há dois meses e meio na Secretaria. Estou falando isso - e

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

aqui eu sou de oposição, sou do PT - e nós falarmos que estamos na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, que me parece que a última vez que o secretário do Planejamento veio a esta Casa foi em 2015, se eu não estou enganado.

Não tinha como trazer o secretário Marcos Monteiro aqui para esta Casa. Não tinha. Uma falta de transparência enorme, uma falta de respeito com a Assembleia Legislativa e talvez uma falta de planejamento dele para vir aqui à Assembleia Legislativa.

Ocupou grandes secretarias, homem de confiança do governador Geraldo Alckmin, e que teve uma grande coincidência. Eu estou falando isso porque eu fiz requerimentos de convocação dele aqui na Assembleia Legislativa e ele pediu demissão ou foi demitido da Secretaria um dia antes de ter as denúncias de um delator ou de dois delatores sobre os problemas das empreiteiras, das corrupções, dos escândalos do governo Geraldo Alckmin do PSDB aqui no estado de São Paulo.

E, aí, o governo, até para, eu acho, segurar o foro privilegiado, encostou-o ou arrumou um lugar para colocá-lo, que foi na São Paulo Invest. Então, faço esse registro porque é um secretário que não planejava. O senhor eu acho que não tem que copiar nada desse secretário, porque ele nunca planejou nada.

Eu vou colocar os dados aqui para frente, que o senhor não tem que fazer nada do que ele fez, porque, realmente, o estado de São Paulo deixa a desejar quanto ao Planejamento em todas as áreas - não é em uma, em duas ou três. É um estado forte, com uma arrecadação em torno de 220 bilhões e, infelizmente, deixou a desejar.

Antes de fazer algumas perguntas diretas, quero contemplar - e eles vão fazer o uso da palavra, mas é preocupante a situação do estado de São Paulo, das nossas universidades.

Parece que o Governo do Estado de São Paulo - mais uma vez, o governo anterior; espero que o governo Márcio França seja diferente e que o senhor seja diferente também - quer a falência, quer acabar com aquilo que temos de excelência no estado de São Paulo, que são as nossas universidades, que são as melhores do Brasil, ou estão entre as melhores: a Unesp, a Unicamp e a USP.

Primeiro: nos 9,57% do ICMS não pode ficar colocando penduricalhos, coisas importantes, como descontar desse item a questão dos pensionistas e dos aposentados. Os pensionistas e os aposentados têm que ter todo o respeito, tudo aquilo a que eles fizeram jus na vida, mas isso não pode ser deduzido da verba das universidades.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Porque, na medida em que vai crescendo, vai diminuindo o recurso para as universidades. É isso que está acontecendo. Além do problema da expansão de cursos e de equipamentos das três universidades e extensões. Virou uma moeda de troca eleitoral, principalmente nos últimos anos do governador Geraldo Alckmin, que quer expandir para fazer média com os municípios. Precisa expandir, todo mundo quer uma extensão da Unesp, da Unicamp e da USP, mas precisa colocar recursos. Não pode expandir sem colocar recursos. Então, coloca os pensionistas e os aposentados.

Além disso, tem outro absurdo, que é descontar receita de programas habitacionais, receita de juros, de multas e de dívida ativa. Por que vai descontar essas receitas na hora do cálculo dos 9,57% para as universidades? Essas receitas entram nos 25% que são repassados aos municípios. Por que quer tirar das universidades? É para falir realmente as universidades.

Então, isso precisa ser corrigido e que se corrija a partir de agora, a partir do momento em que estamos começando a discutir a LDO, que vamos votar neste primeiro semestre e, no final do ano, com a Lei Orçamentária.

Quería fazer um registro também, pois eles estão aqui em peso hoje, os nossos companheiros, nossos estudantes, que são os jovens das Etecs e Fatecs do Centro Paula Souza. É o mesmo problema. É uma política de expansão. Todos nós queremos que se expanda para todo o estado de São Paulo, todo mundo quer uma Fatec ou uma escola técnica em todos os lugares. Eu mesmo brigo por isso. Tanto é que o número aumentou de 2002 para cá: 293 unidades de Etecs e 71 novas Fatecs. Só que o dinheiro correspondente não está à altura.

Mais do que isso, houve uma denúncia em Ourinhos, da Unesp. Abriram uma extensão da Unesp em Ourinhos, há 15 anos. Criaram toda a estrutura e até hoje só tem o curso de geografia. Não tem nada relacionado à questão econômica, vocacional, daquela região. Essa é uma reclamação generalizada. Estamos viajando pelo estado todo, fazendo as audiências públicas, e a reclamação é sempre essa, de que aumentam os cursos, expandem, mas sem colocar dinheiro para professores e profissionais. Não pode expandir se não colocar dinheiro para dar qualidade. Senão, vamos precarizando cada vez mais.

Eles vão fazer uso da palavra, mas queria adiantar todo o apoio, e isso é recorrente em todas as audiências públicas. É uma coisa justa, não dá para ser contra: os estudantes, principalmente os estudantes de poder aquisitivo menor, deveriam ter “bolsa Etec” e “bolsa Fatec”, bolsas permanentes.



**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Além disso, muitos deles reclamam da questão da condução, da passagem. Eles não têm. É um absurdo. Estamos precisando profissionalizar, estamos pedindo para os jovens saírem das ruas, do crime, do tráfico, da droga, mas não damos condições, não atendemos uma reivindicação como essa. É vergonhoso para um estado do tamanho de São Paulo. Os jovens estão querendo estudar e precisam de uma bolsa, ou precisam, pelo menos como complemento, do transporte para poderem se deslocar até as unidades de ensino. Então, todo apoio a esses jovens. Temos recebido essas demandas em todas as audiências públicas.

Então, passo às perguntas, diretamente ao objeto principal desta audiência.

A arrecadação de ICMS prevista para 2017 era de 133,57 bilhões de reais. Porém, o realizado foi de 127,5 bilhões, uma queda de seis bilhões ou 4,5 por cento. Aí entra a questão do planejamento, que coloquei no início para o Sr. Marcos Monteiro. Já em relação à renúncia fiscal, o previsto era de 15 bilhões. Porém, o realizado foi, no mínimo, de 20,46 bilhões. Ou seja, para desonerar, para fazer média com alguns setores da sociedade, não teve decréscimo, mesmo arrecadando menos. Teve aumento. Ou seja, 36,35 por cento.

Quais as causas desse crescimento de cinco bilhões nas renúncias de receita do ICMS? O secretário poderia avaliar se o volume de renúncia fiscal de 20,5 bilhões não é muito elevado, visto que, no ano passado, esse mesmo valor foi gasto com a Secretaria de Segurança Pública? Quais contrapartidas os beneficiários da renúncia fiscal fizeram ao povo paulista e quantos empregos foram gerados no ano passado, por conta dessa política?

Secretário, fiz a mesma pergunta ao secretário da Fazenda, que esteve aqui há poucos dias e estava nas mesmas condições que o senhor. Fazia um mês, um mês e meio... 15 dias? Quinze dias, mestre deputado, Vitor Sapienza.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Registro a presença do deputado Vitor Sapienza. Obrigado pela sua presença e por fazer parte da mesa.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Outra pergunta. Na LDO de 2019, constatamos que a renúncia fiscal pode superar 20,46%, já toquei um pouco nesse assunto, pois existem 16 setores produtivos no estado de São Paulo que estão sob sigilo e, portanto, não é possível saber quanto de renúncia fiscal dos setores o governo colocou sob sigilo.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Pergunta: qual o montante da renúncia fiscal dos setores descritos com a inscrição “sob sigilo fiscal”?

Execução do PPA. Isso aqui é um absurdo, e aqui falamos com toda a clareza. Quando falo que o senhor não tem que copiar nada do secretário anterior, a síntese, a resposta está aqui.

Em 2016 e em 2017, segundo o relatório do PPA, aproximadamente 41% das ações previstas no Orçamento não foram cumpridas. Como você faz um planejamento, um orçamento, e 41% não é cumprido? Que raio de planejamento é esse? Para que serve isso? É brincadeira do estado de São Paulo com o Orçamento e com a população.

Na LDO de 2018, frente à LDO de 2019, quase 47% das ações sofreram redução de meta e somente 29% foram aumentadas. Quais as causas da redução de metas nas ações de LDO para 2019? Esse quadro não pode agravar o já alto padrão de 41% de não execução do PPA?

Ficamos abismados, porque recebemos PPA, LDO, Orçamento, brigamos, recebemos prefeitos, vereadores, entidades, sindicatos que vêm aqui reivindicar melhorias, tentamos incluir alguma coisa e, com muito custo, aprovar, mas nos deparamos, na hora da execução, com esses dados, o que é um absurdo. O estado de São Paulo não tem planejamento.

Por último, eu teria muito a falar sobre essa falta de planejamento, queria saber a posição do secretário sobre algo muito importante para o funcionalismo público do estado de São Paulo e que, todas as vezes, todos os anos, é uma luta enorme aqui na Assembleia Legislativa. Ontem, no Guarujá, ouvimos pelo menos cinco ou seis falas sobre a questão do Iamspe aqui no estado de São Paulo.

Por que não existe um planejamento do governo estadual para fazer a contrapartida dos 2% que são descontados da folha dos funcionários públicos? Sabemos que o governo acaba, durante o ano, colocando aportes, mas nunca chega aos 2 por cento. Por que não tem um planejamento para se chegar a esses 2 por cento? Já fizemos propostas aqui na Assembleia Legislativa para escalar isso.

Lembro de uma vez em que fizemos uma proposta, em 2006 ou 2007, de, a cada ano, colocar 0,25; em oito anos chegaríamos aos dois. Tivemos outras propostas de colocar 0,5%; em quatro anos chegaríamos em 2% e não teria tanto impacto no orçamento do governo estadual.

Infelizmente começamos as audiências públicas desde 2006, a luta é de sempre, mas estamos em 2018 e a reivindicação dos 2% de contrapartida do governo para o

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Iamspe não foi mexida. Por que não foi mexido, por que não é enfrentado? Esperamos por isso aqui.

O senhor vai trabalhar agora na LDO e no Orçamento, ano que vem espero que nós façamos essa chegada aos 2 por cento. Peço por uma atenção especial. É o maior plano de saúde do Brasil e sofre com a precarização por falta de dinheiro e porque o governo não coloca a sua parte.

O que é descontado do funcionário é sagrado, está sempre descontado. Na iniciativa privada descontam a parte do funcionário e a empresa coloca a parte dela, fundo de garantia é descontado e a empresa coloca a parte dela. É só o governo que não faz o dever de casa, e isso é uma coisa justa e que precisa ser resolvida no estado de São Paulo.

No mais, agradeço a presença, já que o senhor veio. Dois meses e meio e já está aqui presente, diferentemente dos outros secretários. Acho que era uma orientação que vinha de cima para não vir aqui prestar contas das pastas à Assembleia Legislativa, que tem essa prerrogativa constitucional.

Obrigado.

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Deputado, agradeço as palavras. Acho que nosso papel é, no mínimo, estar presente aqui e trabalhar em harmonia com cada um dos deputados, independentemente de cor partidária ou seja lá o que for. Nesse sentido, quando eu não souber responder, vou pedir licença para encaminhar depois a resposta por escrito.

Neste caso, não só não sei, mas, salvo melhor juízo, acho que eu não me sentiria confortável em abordar a questão das desonerações neste momento, não apenas por não ter a riqueza de detalhes, mas por entender que é um assunto muito mais diretamente ligado ao secretário da Fazenda, que vem tratando desse assunto. Ele está lá há pouco tempo. De fato, ele está lá há um mês e um pouquinho.

Assumo aqui o compromisso de fazer o debate aberto com o secretário Luiz - acho que ele foi uma escolha acertada do governador Márcio França - para que possamos identificar isso com maior clareza, emprestando maior transparência, sobretudo naquilo que diz as contrapartidas.

Eu assumo o compromisso com o senhor para respondermos, por escrito, essa questão à Assembleia. Na questão do PPA 2016/2019, não sei exatamente em que momento esses dados foram apresentados, mas eu tenho um resumo aqui. Posso deixá-

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

lo depois. De certo modo, acho que isso tranquiliza um pouquinho. Dos 377 produtos que temos previstos para serem entregues por ações do Poder Executivo, 152 deles estão naquele nível que chamamos de satisfatório por terem alcançado as suas metas. Isso significa algo em torno de 40 por cento.

Outros 103, 27.85%, apresentaram um desempenho médio, uma vez que cumpriram mais de 50% das metas. Agora, há aí um vácuo de 30 por cento. Estamos tentando acelerar a análise desses resultados. Tivemos, de fato, uma série de alterações que foram oferecidas ao longo do tempo, mas estamos perseguindo, ao longo de 2018, para alcançar um resultado melhor.

Acho que já é um panorama um pouco melhor do que aquele ao qual o senhor teve acesso no último momento. Em 152 desses programas, nós alcançamos aquilo que está estipulado ou superamos as metas definidas. Isso significa mais de 40% de nível satisfatório. No último caso, na questão do Iamspe, nós ficamos quase sem argumentos a partir da sua fala, porque é o absoluto retrato da realidade. Nem me envergonho de dizer isso, ainda que o Iamspe seja um órgão vinculado lá.

Determinação clara do governador e inevitável para o Iamspe: o Iamspe precisa ser repensado na sua modelagem de operação. O Iamspe ainda opera em um sistema do século XX. O Iamspe é quase que uma joia preciosa que o governo tem na mão, mas precisamos pensar no Iamspe. Óbvio, em um primeiro momento, em atender esse 1,3 milhão de vidas a que nos referimos. O Iamspe é sim capaz, a partir de uma nova modelagem, de ser - e é algo que já que vinha sendo proposto - de repente, o principal órgão de concentração da contratação dos planos de saúde dos diversos órgãos que temos no Estado.

Ele precisa ter um pensamento gerencial mais moderno, mais voltado para a gestão; óbvio que com atendimento qualificado aos servidores. Ele precisa, de fato, ter uma forma mais moderna e mais eficiente de ser conduzido e administrado. Já houve determinação do governador Márcio França, no sentido de que comecemos a abordar esse tema de modo mais prático, com maior efetividade. A sua fala está 100% correta no que diz respeito ao Iamspe. Cobre de mim e da minha equipe esse tratamento, que assim o faremos.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Obrigado, secretário. Eu gostaria de fazer algumas perguntas para Vossa Excelência.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Só um comentário ou alguma observação, logicamente respeitando que o senhor pode também responder por escrito, sobre esse problema das universidades do Centro Paula Souza. O senhor falou da desoneração, do Iamspe, mas esse assunto é muito importante.

**O SR MAURÍCIO JUVENAL** - Eu não sei qual foi o último momento que o senhor conversou com o governador Márcio França, mas o centro Paula Souza é um órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Nós estivemos presentes lá nesses últimos três anos e três meses. A primeira determinação do Dr. Márcio à professora Laura foi de que parássemos com o processo de expansão, no sentido de abrir novas unidades. É preciso, primeiro, fazer funcionar, com qualidade e eficiência, aquilo que já está aí.

Depois pensamos em abrir. Acho que uma boa solução do Centro Paula Souza é a história das salas descentralizadas. Falo, de novo, com um pouquinho de conhecimento, porque fui membro do Conselho Deliberativo ao longo desses últimos três anos e três meses. Está absolutamente correto, não dá para pensar em expansão de novas unidades enquanto não conseguirmos fazer funcionar bem todas essas que estão aí, inclusive, atendendo parte dessas reivindicações dos alunos. Na nossa época, o Dr. Márcio já determinou um tratamento diferenciado.

Então, a proposta do governador Márcio França é de que, de fato, neste momento, a gente não amplie, mas amplie a política de salas descentralizadas. O que temos de sobreposição regional nas salas do Paula Souza é impressionante. Então, quanto à discussão de abrir novas unidades, tenha a certeza de que nós não o faremos nesses oito meses de governo. Caso tenhamos êxito no processo eleitoral, o Dr. Márcio só determinará a abertura a partir do momento que superemos alguns desses outros entraves.

Na questão das universidades que, também por coincidência, era vinculada a nós no Desenvolvimento Econômico, concordo com o senhor, mas queria só fazer uma ressalva. Deputado, desculpe-me um pouco a ousadia. Eu sempre me pergunto, em relação às universidades, e óbvio que é o cenário de referência para nós, qual é a oportunidade que o filho dessa moça que me serviu água tem hoje de entrar na USP, na Unesp ou na Unicamp?

Eu não sei se os 9,57%, muito ou pouco, se nós estamos arrojando ou se nós não estamos arrojando. Uma coisa é certa: ou temos um sistema de ensino nível superior

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

que determine oportunidades franqueadas e iguais a todo mundo, ou estamos criando um celeiro de excelência que eu não sei até que ponto serve exatamente ao Estado. Eu não discuto aqui, em hipótese alguma, o nível de excelência das três universidades públicas paulistas, mas discuto que devemos sim acabar com os penduricalhos. O Dr. Márcio já vem falando disso há muito tempo.

Agora, as três universidades acabaram sendo vítimas do mesmo processo que o governo passou, quando se tem uma queda de arrecadação do ICMS no porte que temos. Estamos falando em um nível de arrecadação que era de 2010. Então, é óbvio que elas também sofrem com isso. Deputado, se o senhor me permite de novo a ousadia, com todo o respeito que tenho ao senhor, oferecermos uma solução, quando, ao invés de darmos continuidade a um processo com a Univesp de criar uma quarta universidade pública, e era para isso que estava caminhando nas mesmas condições...

Abrimos uma possibilidade real do aluno que sai do ensino médio no estado de São Paulo. Nós formamos 450 mil alunos, por ano, no ensino médio paulista. Nós abrimos uma possibilidade de - se dermos continuidade a essa política pública, no máximo em três anos - universalizar o ensino público gratuito para todos os alunos oriundos da escola pública. Acho que é essa política que temos que estimular.

“Não, mas eu quero estudar na USP, na USP presencial.” Vá lá e dispute o vestibular, passe, estude lá, e começamos a remodelar, então, essa questão da transferência de recursos para lá. Vamos lembrar: lógico, há ainda uma série de vácuos nessa questão, sobretudo em relação aos penduricalhos, mas não há, em nenhum outro estado da Federação, uma política de transferência de recursos tão efetiva quanto têm as nossas três universidades.

Nós precisamos debater e melhorar? Podemos debater e melhorar. Aliás, devemos. Acho que é um sistema que sofre, como todos nós sofremos em momentos de crise como o que tivemos agora. É lógico que, se você tem a arrecadação de ICMS afetada, as três universidade sofrem largamente com isso. Acho que precisamos ter estímulos à Univesp. Não tenho dúvidas. Ainda que haja algum um pré-conceito em relação aos cursos a distância, acho que São Paulo tem que liderar esse processo e vem liderando bem a um custo pequeno, porque o conteúdo você já tem. É só o custo de abrir o sinal, em parceria com os municípios. Está claro que o Dr. Márcio tem uma tendência ao municipalismo, a fortalecer a vida nos municípios.

Irei falar especificamente da minha cidade. Desculpem-me, mas quando é que Mongaguá, no litoral de São Paulo, com seus quase 50 mil habitantes, imaginou que

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

pudesse ter sete cursos universitários com professores da USP, da Unicamp e da Unesp? Nunca na vida, nunca na vida! Estou falando de Mongaguá, com seus 50 mil habitantes, mas posso falar de Aguai, do nosso amigo Alexandre que está sofrendo, com seus 20 mil habitantes, também ter essa oportunidade do curso superior com professores dessas três universidades.

Por que estou insistindo e talvez até com certa ênfase? Porque acho que podemos oferecer soluções compartilhadas que certamente vão favorecer muito a sociedade, especificamente a esses jovens que se formam no ensino médio público paulista.

Obrigado, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Com a palavra, o nobre deputado Carlão Pignatari para, no tempo regimental, fazer as suas perguntas ao secretário.

**O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - É muito rápido. Primeiramente, quero cumprimentar o deputado Wellington Moura e o deputado Orlando Bolçone, o professor Bolçone, que é o nosso grande amigo e companheiro. Cumprimento o deputado Enio Tatto, tão defensor das nossas universidades públicas. Ele fez quatro ou cinco colocações que todos nós achamos justos.

Precisamos ver de onde iremos tirar o dinheiro para fazer isso, porque você tem que tirar de algum lugar, ou melhorar a economia do País. Espero que, no ano que vem e no outro ano, a gente consiga ter uma expectativa melhor, por um erro desastroso de um governo que passou aí 13 anos. Foi um desastre que levou o Brasil a essa derrocada que todos nós estamos vendo. Quero cumprimentar o secretário Maurício Juvenal, um bom amigo, um bom companheiro, um grande homem público, uma pessoa que veio abrilhantar todo o serviço público dos órgãos internacionais em que ele já trabalhou. Enfim, desde quando ele estava lá na Secretaria de Turismo, depois de Desenvolvimento Econômico, e agora, por fim, no Planejamento.

Quero cumprimentá-lo, Maurício, desejar a você muita sorte, muita saúde. Você estava me dizendo que você entra lá às sete horas da manhã e sai dez horas da noite. Essa é a vida que nós temos como serviço público, e dizia que nós temos que fazer...

Eu até depois quero conversar um pouquinho com o representante do Fórum das Seis, eu acho que nós temos grandes discussões para fazermos com as universidades

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

públicas de São Paulo. Universidade pública que, hoje, eu não sei quantos por cento, mas uma grande maioria é filha de pessoas de alta renda no estado de São Paulo.

Uma grande maioria, vocês podem ter certeza, que não tem ali... Muito pouco filho... Eu não tenho nada contra, mas, como essa moça, que veio aqui servir, são poucas pessoas desse nível que, infelizmente...

A incoerência que São Paulo tem é que investe quase 10% do seu orçamento. Então, eu penso que é uma discussão que nós temos que fazer. Quem pode, paga, quem não pode, eu acho que não paga, e assim nós vamos conseguindo aumentar o espaço nas universidades.

As Etecs e Fatecs... Eu concordo com o deputado Enio Tatto, concordo com o secretário Maurício, dizer que esse aumento de vagas sem colocar dinheiro... Com certeza, chega uma hora que não vai dar certo. Eu tenho Etec na minha cidade, como eu tenho lá a Universidade Federal do IFSP, que hoje nós temos dois cursos superiores, e que você percebe que está indo para o mesmo caminho.

No mundo são as universidades virtuais, as universidades com bons professores, como é aqui a nossa Universidade São Paulo, com bons professores. Eu espero que nós tenhamos uma discussão muito grande sobre isso, para que nós possamos fazer, mas, Maurício, apenas fiquei aqui para te cumprimentar, te desejar muita sorte.

Eu sei que você é um sujeito muito trabalhador. Outro dia, eu conversei com o governador. Eu falei: “Deixei uma pendência com o Maurício”. Ele falou: “Eu não consigo despachar com ele não. Não é por causa de mim, é por causa dele, que está tão atribulado de atividades nesse seu novo desafio, que nós sabemos que é difícil”.

Maurício, conte com a Assembleia Legislativa. Acho que vamos ter que fazer uma discussão sobre essa nova LDO. Essas alterações que vocês estão querendo fazer eu tive o prazer de conhecer lá em São Vicente. Esses jovens. Quando eu fui prefeito, junto com o Márcio, eu tive o prazer de ir lá para conhecer e desejar que tenha sucesso este ano, e que vocês consigam fazer o fechamento.

Só uma pergunta muito rápida, se você puder. Todo esse excesso de arrecadação, que o governo tinha essa expectativa, era com capitalização da Sabesp e com a venda da Cesp ou não?

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Quando eu me referi aqui, especificamente, ao excesso de arrecadação, nós vínhamos falando da curva de tendência que o ICMS vinha tendo. Agora, é óbvio, aqui que nós chamamos de pressão orçamentária, quando você



**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

olha a receita e despesa, é óbvio que nós trabalhamos com a perspectiva da venda da Sabesp e da venda da Cesp.

A Cesp talvez nós consigamos concluir a proposta de venda, a formatação da proposta de venda nós finalizamos na semana passada, com o Banco Fator, e nós devemos colocar o mercado nos próximos dias.

A Sabesp se tornou mais difícil. É óbvio que a não entrada de recursos da Sabesp cria uma pressão ainda maior, mas... Olha, a minha equipe tem me dado tanta segurança. Nós já estamos trabalhando nas soluções caso nós tenhamos que administrar no final do ano um déficit.

Nós estamos trabalhando nas soluções, e não... Quem acompanhou a publicação de um decreto no sábado... Eu acho que já não fazia sentido quando eu estava do outro lado do balcão. Nós cancelamos todas as inscrições e restos a pagar não processadas. Estamos em junho, estamos terminando o primeiro semestre do ano. Nós vamos carregando inscrições e restos a pagar não processadas desde 2016.

Então, nós conseguimos fazer um estudo... Desde 11, é. Mas vamos dizer assim. Nós conseguimos cancelar tudo aquilo que estava inscrito em restos a pagar não processados, e, de 17, nós deixamos só as processadas. O que tinha anterior, também processado, nós fizemos o cancelamento - porque o Ilton, se não puxar a minha orelha depois, me permite dizer... A soma disso aí algo em torno de 1,5 bilhão, não 1,9, porque 1,9 nós pegaríamos tudo, mas nós fizemos o cancelamento de tudo isso sem prejuízo. As vinculações que a Saúde e Educação, por exemplo, têm. Então, sem prejuízo nenhum à Saúde e à Educação, e, inclusive, às agências reguladoras.

Então, você cria, com esse cancelamento de restos a pagar, 1,5 bilhão, que, certamente, vai ajudar lá no final. Isso não é que está voltando o recurso para o orçamento, mas vai ajudar lá no final. Dependendo do número que a gente venha a fechar, vai ajudar para conter, amenizar o déficit.

Acho que uma segunda coisa, que também a equipe me subsidiou nisso... Não tem o secretário, viu? Quando nós temos a equipe, fica, de fato, mais fácil fazer. Tem sido uma pergunta recorrente: “olha alguma das iniciativas que o Dr. Márcio tem adotado, o dinheiro tem saído de onde?”.

Veja, por exemplo, do custo da dívida. Nós temos, com essa variação para baixo da taxa Selic... Quando a dívida foi contratada, nós contratamos uma dívida, se eu não estiver errado, em torno de 8,5 a taxa Selic.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Nós temos uma taxa Selic hoje de 6,25. Então, naquilo que estava programado, que estava projetado para pagar, o que nós chamamos de custo da dívida mesmo... Nós estamos em uma briga sadia com a Fazenda, para identificar se o range... O range é de 500 a 800 milhões.

Então, essas boas iniciativas que o governador tem adotado, quase que a totalidade delas, saem de algo... Nós não estamos tirando de outro lugar, não. Não estamos tirando de nenhum outro programa. Estamos tirando do custo da dívida. Porque, de fato, em algum momento, o goleiro, para ser bom, precisa da sorte, né?

Nós tivemos, nesse caso, essa redução da taxa Selic. Nos gerou uma receita - não vou dizer receita adicional, porque não é - possível de ser utilizada, em torno de 500 milhões, pelo menos.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Só para dar um dado aqui para todos, importante. De 2016 a 2018, o estado de São Paulo deixou de pagar e pôde aplicar em outras áreas 15 bilhões. Isso aí tem que fazer reconhecimento, deputado Carlão Pignatari, do esforço e do empenho do prefeito da cidade de São Paulo, o então prefeito Fernando Haddad, que se empenhou e conseguiu esse êxito para todas as prefeituras do Brasil, e o estado de São Paulo foi beneficiado na renegociação da dívida. E a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, porque nós trabalhamos muito em cima disso.

**O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB** - Se V. Exa. me permitir, quero só completar o que o Enio Lula Tatto antes comentava. A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento... Foi uma pena que o deputado Vitor Sapienza se retirou. Nós fizemos um seminário aqui na Casa, lembro bem do Carlão, do deputado Enio Lula Tatto.

Nós fizemos um seminário, onde nós levamos as propostas que demonstravam a inviabilidade de continuar usando o índice de preço ao consumidor para correção da dívida. O Carlão lembra também bem disso.

A partir do momento que utilizou a taxa Selic, possibilitou - e agora de forma inteligente o estado de São Paulo está fazendo - essa economia. Lembrou o deputado Enio Lula Tatto que só a cidade de São Paulo teve um benefício de quatro e meio bilhões.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Então, faço questão de ressaltar, para saber da importância que a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento tem de construir esse futuro, não só de São Paulo, mas do País.

É importante que se faça justiça, inclusive, a colegas que não estão presentes participaram na época, caso do deputado Vitor Sapienza.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Agora eu quero passar palavra ao deputado Marcos Vinholi.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Agradeço ao presidente Wellington Moura. Cumprimento aqui o deputado Enio Lula Tatto, o deputado Orlando Bolçone, o deputado Carlão Pignatari, todos que passaram. Cumprimento aqui o secretário Maurício Juvenal.

Peço desculpas. Estou em um dia bem atribulado aqui na Casa, Colégio de Líderes. Vai finalizando o semestre e é uma série de projetos que a Casa aprecia. Quero cumprimentar o pessoal das Fatecs e Etecs. Hoje a Casa está cheia. É um importante projeto que deve entrar em pauta hoje.

Queria cumprimentar o secretário Maurício Juvenal. Dizer a ele, primeiro, que essa comissão faz um expediente muito importante neste semestre, que é o de fazer as audiências públicas antes da elaboração do Orçamento para o ano que vem.

Então, peço ao secretário para que leve em consideração. Nós sabemos que a secretaria também faz lá suas audiências públicas, que têm essa colaboração, mas que leve em consideração, na elaboração da peça que vem aqui para a Casa, essas audiências que nós estamos fazendo em todas as regiões do estado.

Acredito que o presidente Wellington Moura deverá enviá-las para o senhor, e que possam servir como colaboração para a elaboração do Orçamento do estado. Eu tenho aqui uma série de dúvidas. Sabemos que toda gestão nova faz os seus ajustes, e, dentro desses ajustes que o senhor tem feito, fiquei com algumas dúvidas recentes.

Primeiro, o banco “Desenvolve São Paulo”. Sabemos que houve uma mudança da Secretaria de Finanças do estado para a Secretaria de Planejamento. É o único estado do País que não tem mais o banco de fomento vinculado à Secretaria de Finanças, e que vai a Secretaria de Planejamento.

Eu queria saber o motivo dessa mudança e no que a transferência de pasta vai melhorar no fomento às empresas, prefeituras e órgãos do estado de São Paulo.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Eu também verifiquei - eu não tenho aqui a data, secretário - que a saída de recursos da pasta da Saúde, alterando para a pasta do Planejamento... Queria saber quais são os motivos, tendo em vista que a Saúde é uma pasta em que, corriqueiramente, mais entram recursos do que saem.

Também referente às emendas parlamentares. Verificamos, ainda no governo Geraldo Alckmin, pela primeira vez, as emendas impositivas acontecendo este ano. Foram feitas quase metade delas até o fim do governo Alckmin, e o que nós vemos neste momento é uma retração disso.

Questiono o senhor se foi feita alguma emenda parlamentar. Se não foi feita, qual a dificuldade que está havendo? Ela é técnica? Qual é o motivo dessas emendas não terem avançado nesse período de governo?

Além disso, neste momento, verifiquei aqui, está havendo uma greve na frente do Palácio dos Bandeirantes, de 80 servidores do Planejamento, por conta da suspensão da reposição salarial. Então, eu queria que o secretário, se pudesse, explanasse se está havendo isso. O que está acontecendo com os servidores que estão lá na frente Palácio dos Bandeirantes? O que está acontecendo que os servidores estão lá, na frente do Palácio dos Bandeirantes?

No mais, só queria desejar muito sucesso e dizer do nosso respeito pelo seu trabalho. Que siga colocando o estado de São Paulo como grande estado da austeridade no nosso País.

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Obrigado, viu, deputado. De novo, sem querer fazer média aqui, sabemos o quanto a sua atuação é intensa em prol do povo paulista.

A questão da Desenvolve SP acho que tem duas questões de fundo. O governador nunca me disse exatamente por que ele entendeu necessário transferir da Fazenda para o Planejamento. Vou dizer assim, olha, me chamou e anunciou tal. Acho que é uma decisão de gestão. Aí ele entendeu que pelo caráter econômico que a Desenvolve SP tem como estratégica para o planejamento do desenvolvimento do estado como um todo, ele entendeu por bem fazer a transferência de pasta.

Mas, vamos lembrar, não só a transferência de pasta, ele trocou a presidência da Desenvolve também, no sentido, em absoluto respeito pelo Dr. Milton, que vinha presidindo muito bem a Desenvolve, de dar um pouco mais de dinâmica à aprovação dos financiamentos pela Desenvolve SP. Eu não vou avançar aqui, até para não cometer nenhum erro ético com o Milton, por quem eu tenho muito respeito, mas não dá para

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

você ter um banco de desenvolvimento e terminar o ano, vamos dizer assim, com um volume de dinheiro em caixa parado.

Veja, ou criamos política pública efetivamente para que ela tenha execução - e governo bom é aquele que executa o seu orçamento, não ultrapassa o previsto, mas executa o seu orçamento -, ou não dá para termos, e não era só o caso da Desenvolve, ter entes no governo. Parece que para você acessar o recurso se criam tantas dificuldades que você não consegue executar. Eu vou me limitar a falar da Desenvolve justamente porque o Márcio às vezes briga comigo, fala: “Maurício, você não tem viés político. Nós deixamos você falar e você compromete.”. Não é só o caso da Desenvolve SP. Nós precisamos executar o recurso que está lá. Não é executar no sentido de gastar o recurso, mas quando eu executo o recurso que está na Desenvolve em 100% eu faço com que isso volte para o governo. Quando eu concedo um reajuste de 3,5% ao funcionalismo, uma parte disso volta em Imposto de Renda para mim. Nós não podemos perder isso de vista. Não é questão de gastar, mas é questão de gastar bem e gastar com dinamismo.

Eu acho que o Márcio em algum momento percebeu, o governador - a proximidade com ele às vezes me faz chamá-lo de Márcio - entendeu que conseguiria emprestar esse desenvolvimento, definindo uma política conjunta a partir do planejamento na atuação da Investe SP e da Desenvolve SP. O ato, inclusive, foi casado. A vinda não veio em momentos separados, não. A Investe SP e a Desenvolve SP vieram para a estrutura do Planejamento em um mesmo momento.

Deputado, assim, não observei. Posso estar cometendo algum erro aqui. Vou pedir para a equipe levantar, mas não me lembro de nenhuma transferência de recursos, de crédito suplementar, tirando recursos da Saúde para o Planejamento. Essa resposta “não me lembro” é a resposta que, aparentemente, não vale nada, não é? “Ah, o cara não quer responder, ele fala que não lembra”. Eu vou lhe dizer com quase 100% de certeza que não houve.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB -** Houve, sim, secretário. Eu lhe apresento. Foram cerca de 400 mil. É possível que seja em algum programa que não ia se efetivar na Saúde, por transferências de outra ordem. Eu lhe envio. Se o senhor puder enviar a resposta...

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - E o compromisso com o senhor. Eu deixo, de antemão, o pedido de desculpas caso eu esteja errado, mas acho que nem da ordem de 400 mil. Ainda comentei recentemente, deputado, que é óbvio que com a transferência da UAM da estrutura da Secretaria da Casa Civil para a Secretaria de Planejamento não veio só a estrutura, vieram também os recursos orçamentários. Eu faço esse levantamento e encaminho, sem dúvida nenhuma.

A questão das emendas impositivas nós talvez venhamos, e o senhor tem razão, cumprindo em um ritmo diferente do outro governo, mas serão cumpridas integralmente, no prazo legal estabelecido. Houve uma liberação significativa por parte do Dr. Geraldo. A intenção do Dr. Márcio é também fazer a mesma liberação.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Tem previsão?

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Não, não temos essa previsão. É óbvio e notório para todo mundo que o Dr. Márcio focou na instituição de um programa, que é o programa de revitalização das ruas dos municípios, já existente dentro da estrutura da UAM, dessa Unidade de Apoio aos Municípios. Ele acabou focando neste momento, entendeu que era um foco que ele deveria destinar, e isso por uma questão até de fluxo de caixa mesmo, de fluxo corrente. Temos atendido esse programa mais especificamente, mas é óbvio que todas as emendas impositivas serão pagas como preceitua a lei, sem absoluta dificuldade.

Sobre esse quarto caso, também desculpe, deputado, a não ser que tenha me chegado a informação errada, não são funcionários do Planejamento. Pelo contrário, são funcionários da Fazenda. Não são 80, porque chegaram ao micro-ônibus 20 dizendo que... Não vou nem dizer o que eles chegaram dizendo. Eu não cedo à pressão.

Se tem uma coisa que não funciona comigo é pressão, de ninguém, de nenhum lado. Eu sou um cara do diálogo. Quem atua comigo no Palácio sabe disso. Eu detesto trabalhar com a porta fechada. Acho que dentre os tantos TOCs que eu tenho, um é esse. Não é política de porta aberta. Meu discurso é de porta aberta física. É assim, se vier com a faca no pescoço, não vai levar. Vamos dialogar. Construímos uma sociedade melhor a partir do diálogo. Não tem outro caminho senão esse. Aliás, se convergirmos o tempo todo se torna chato. É na divergência que crescemos. A evolução se dá a partir do momento que discordamos e aprendemos um com o outro.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

São 20 APOFP. Acho que todo mundo sabe o que são os APOFP. Com todo o respeito do mundo, acho que tem lá um pleito saudável, como todos os pleitos são saudáveis. Mas não vamos levar pela força e vamos reconhecer. Não é, longe de ser, das categorias que têm remuneração no estado inaceitável. Eu tenho lá 20, 30 - é isso, Kelly? -, no Planejamento. A Fazenda tem mais de 400. Mais de 400 APOFP, ou 450. No Planejamento, cinquenta. Tem mais de quatrocentos. Qualquer mexida em que determinamos um benefício para eles gera um impacto orçamentário. Nenhum problema em fazer reconhecer, mas eu tenho que dizer de onde vai sair.

“Não, mas nós precisamos tocar, porque tem a vedação do dia seis, tal”. Volta ao caso que eu citei para eles. Eu os recebi, deputado, por cinco minutos porque eu tinha um compromisso com os senhores que, para mim, é prioritário, pelo respeito que eu tenho pela Assembleia. Também não dá para gerar uma expectativa de que aquelas coisas que não foram realizadas ao longo de três anos, quatro, cinco, sejam todas resolvidas agora, em um governo que vem trocando o pneu do carro com o carro em movimento, mas que vai tentar dar as melhores respostas possíveis porque, antes de tudo, é sim, e reconhece isso, um governo de continuidade. Aí, não dá para fazer o discurso de que é um governo de continuidade quando interessa e de que não é um governo de continuidade quando não interessa.

Essa questão dos APOFP certamente, especificamente essa, é uma questão que se arrasta, segundo eles mesmos, há sete anos. Eu estou há dois meses e meio na cadeira. Eles queriam tirar de mim uma solução hoje, mas não vão tirar.

**O SR. ENIO LULA TATTO - PT** - Sr. Presidente, queria fazer um registro e lamentar que a TV Assembleia, a televisão da Casa, hoje estava transmitindo ao vivo a reunião da CCJ normal. Não tinha nenhum convidado importante para caramba na Casa, mas deixou e está deixando de transmitir essa vinda do secretário do Planejamento do estado de São Paulo ao vivo. É costume a TV priorizar determinadas atividades aqui dentro. Agora, por exemplo, terminou a reunião da CCJ e ela está com reprise, com programação normal e não está transmitindo ao vivo essa importante reunião, essa importante audiência da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, principalmente com o secretário que está vindo aqui responder as questões, fazer o debate, de uma pasta que, repito, desde 2015, não vinha à Assembleia Legislativa prestar conta. Quero só fazer esse registro e, se possível, pedir que eles, pelo menos,

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

transmitissem ao vivo esse restante da reunião, já que nós temos as entidades que ainda vão fazer o uso da palavra.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Peço à TV Assembleia que, por gentileza, verifique o que está ocorrendo para que possamos dar continuidade ao vivo a esta comissão e ouvir o secretário.

Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Primeiro, quero dizer que quanto ao Banco Desenvolve SP eu entendo que deve executar o máximo possível, mas ele não é uma autarquia pública, ele é um banco de fomento, regido com as regras dos bancos nacionais. Tem um grande perigo de cair o “rating” dele. Eu acredito que a mudança de pasta passou um sinal ruim, mesmo com todos os comentários do secretário. Eu acredito que é importante, sim, como um banco de fomento, porque é o seu modelo, que tem no Brasil todo e que faz convênios com prefeituras, mas faz também com empresas importantes do nosso estado.

Quanto à greve dos servidores, a questão é justamente a suspensão de uma medida de reposição salarial adotada pelo Geraldo Alckmin em 2017. É a falta de continuidade justamente o que está sendo reclamado, mas eu entendo as ponderações do secretário e acredito que vai ser conduzido da melhor forma para voltar ao que tinha sido ajustado em 2017.

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Deputado, longe de mim querer polemizar. Não dá para suspender uma medida que não existe no papel. Existe uma promessa. Se tiver a medida, eu peço para que os APOFP apresentem para mim a medida, a aprovação da medida e tal. Não dá para suspender uma medida que não existe.

Aí, é um compromisso meu com o senhor, deputado. Nós vamos entregar a Desenvolve SP com “rating” melhor do que nós encontramos, justamente porque nós vamos executar.

**O SR. MARCO VINHOLI - PSDB** - Fica o compromisso registrado.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Registrado o compromisso do secretário.



**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Secretário, eu gostaria de fazer uma pergunta. Eu sou cidadão, eu sou santista e para mim é uma honra poder ser santista. Dia 13 de junho saiu na “Folha de S. Paulo”: “Márcio França anuncia novo projeto de ponte entre Santos e Guarujá”. O que acontece, secretário?

Ontem nós tivemos audiência pública lá no Guarujá em relação às audiências públicas que estamos fazendo. Já peço de antemão que o senhor possa atender aos pedidos que forem feitos nas audiências públicas, porque, com certeza, a população está indo, os secretários estão indo, os vereadores estão indo. Eu acho que é interessante agora, tudo o que está acontecendo nessas audiências públicas, realmente ter um resultado final, que é o resultado que vai, com certeza, cair em vossas mãos.

Na LDO que veio para esta Casa agora, de 2019, consta, na página 152, “obras do submerso túnel Santos-Guarujá”. O percentual de execução da obra, em porcentagem, é um. Quero perguntar a V. Exa.: o que vai ser realmente feito nessa ponte Santos-Guarujá? Vai ser feito um túnel ou vai ser feita realmente a ponte, como o governador Márcio França anunciou?

Eu pergunto isso porque, diante disto - está dizendo aqui que é uma obra submersa do túnel Santos-Guarujá - sabe como eu me sinto, secretário? Como santista, eu me sinto enganado. Eu me sinto enganado, porque da Secretaria de Planejamento vem uma coisa... O governo fez uma assinatura de que seria uma ponte, mas aqui diz que seria um túnel submerso. Então eu quero perguntar a V. Exa. o que será realmente construído. A que se vai dar início? Se aqui está marcando 1%, que é o que será construído, eu acho que só vai ser um buraco de retroescavadeira.

Em outras palavras, vai demorar quantos anos? Eu acho que vão nascer meus filhos, meus netos, e nós não vamos ver essa obra completada. Então pergunto a V. Exa. o que será realmente feito na Baixada Santista. Vai ser uma ponte entre Santos e Guarujá ou será um túnel submerso? Qual é a pretensão do governador Márcio França, se a LDO indica uma coisa e o governador indica outra?

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Sr. Deputado, gera-me certo desconforto responder isso. Há algo que nos une: eu sou de Santos também. Eu nasci em Santos em 1961, em um hospital chamado Luso-Brasileiro, que não existe mais e virou um estacionamento na Avenida Conselheiro Nébias. Eu digo que sou de Mongaguá porque adotei Mongaguá como minha cidade do coração, mas vivi em Santos até terminar o curso superior, é minha cidade e tal.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

E por que estou voltando ao aspecto histórico? Porque essa história de ponte, túnel, seja o que for, está prometida para lá há muito tempo. Acho ainda cedo para cobrarmos do Márcio uma posição mais efetiva, mas quero lembrar o seguinte: a LDO, em relação a esse assunto, comete o mesmo erro que cometeu em outros anos. Já inauguramos a maquete de tudo, e não quero aqui ser injusto com o governo do Dr. Geraldo em hipótese alguma, por quem eu tenho absoluta admiração sobre a forma de atuar.

Esse é um erro da LDO que vem sendo cometido há tempos, e essa LDO, encaminhada para cá, não foi formulada por nós, efetivamente não foi por essa gestão que assumiu. Agora, podemos rever. O que eu tenho convicção, até porque é a área de atuação do Márcio... Eu tenho convicção de que nós vamos conseguir, com ajuda da Assembleia. Acho que esse é um tema que podemos rever na LDO. Tenho certeza de que, com a ajuda da Assembleia, vamos tirar esse sonho que não é só dos santistas e de quem mora no Guarujá... Esse é um sonho de provocar o desenvolvimento econômico daquela região.

Sabemos o quão é importante, o quão é caro, o quão é complexo... Eu não sei se, do ponto de vista técnico, a melhor solução é ponte ou se a melhor solução é túnel. Você tem a questão do calado, você tem a questão dos navios. É uma obra de engenharia de que certamente nós não temos solução no País para executar. Agora, até por ser uma região em que o Dr. Márcio tem forte atuação e é daquela região, nós vamos, sim, conseguir tirar do papel. Não este ano, é uma obra longa, mas efetivamente vou pedir, vou rever, vou chamar a equipe, vou conversar com o governador para ver efetivamente se devemos ou não mexer nesse um por cento.

Um por cento, ainda aqui, é uma ordem de grandeza, para mim, difícil de precisar, em função do que temos para fazer efetivamente. Se dissermos que vamos chegar a dezembro com a obra pronta, não é verdade. Talvez aí a referência seja especificamente a contratação do projeto básico, projeto executivo, mas me comprometo a aprofundar essa questão e responder por escrito.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Só quero fazer uma pergunta: quando V. Exa. foi para a Secretaria de Planejamento? Qual é a data?

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Eu fui nomeado para a Secretaria de Planejamento no dia 10 de abril.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Dez de abril?**

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Deputado, desculpe a ousadia de interrompê-lo. Eu não me referi ao encaminhamento da proposta, mas me referi à efetiva data em que nós demos entrada aqui, mas me referi a nós termos encontrado essa proposta que já vinha sendo composta entre o Executivo e o Legislativo. Nós já encontramos essa proposta formulada.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - No dia 29 de maio a LDO chegou a esta Casa, e no dia 13 de junho o governador fez uma indicação, no caso lá em Santos, de que iria fazer a ponte, 14 dias depois. Então, V. Exa. já estava na pasta quando a LDO chegou a esta Casa. Eu acho que não deveria - desculpa, Sr. Secretário, com todo respeito - não deveria culpar... Se o governo passado errou, nós não poderíamos cometer mais um erro este ano. Acho que poderia ter vindo reformulado para a Casa em relação a essa obra, ou tirado esse 1%, mas não deixar o engano, porque para mim, volto a falar, mais uma vez: eu me sinto enganado.

Eu me sinto enganado devido a isso, porque vemos uma coisa e vemos outra. Culpar o governo passado eu acho que não dá, devido à entrada e como está hoje, e como veio para esta Casa, que V. Exa. já estava. Não estou... Claro, V. Exa. tem toda uma equipe técnica, não posso dizer que V. Exa. seja o culpado, negativo. Mas eu acredito que, por ser de sumo interesse do governo, ele poderia ter visto com mais detalhamento a LDO em relação a essa parte. Por isso, peço até mais uma vez a V. Exa. para que pudesse realmente depois trazer a esta Casa, a esta Comissão, fatos realmente comprovados de que será um túnel ou será realmente essa ponte que o governador anunciou.

Eu gostaria então de abrir espaço e anunciar o vereador John Lenon, líder do Governo em Hortolândia, que está presente. Obrigado, vereador. Gostaria então de chamar as três pessoas que gostariam de falar. Primeiro a Nadir Sampaio, da ação civil pública dos autistas. Cada um terá o tempo de três minutos para que possam trazer os seus esclarecimentos, pois é o que nós temos feito nas audiências públicas. Logo em seguida então, vamos encerrar, secretário. Depois a Bia Aragão, do DCE da Fatec, e depois o João Chaves, da Coordenação do Fórum das Seis.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Gostaria de pedir licença, Sr. Presidente. A assessoria me informou aqui, absolutamente em respeito à ponderação do deputado Marco Vinholi, que houve apenas uma saída de recurso da Saúde, no valor de 712 mil reais, que sai da Saúde com destino à Habitação. Reduzimos na Saúde e suplementamos na Habitação, mas como auxílio-moradia para a questão que eu acho que todo mundo acompanhou que envolve o Pérola Byington.

Mas da Saúde para o Planejamento... Até porque no Planejamento eu tenho acompanhado as movimentações, por dever de ofício, e de fato não temos. Mas, se depois o deputado Marco Vinholi, ainda assim... Vamos supor que nós deixamos passar... Se ainda houver algo, nós também respondemos, mas a única movimentação que houve foi uma redução de 712 mil reais, ainda assim para atender a uma questão que está diretamente relacionada ao Pérola Byington.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Pode usar a palavra, Sra. Nadir Sampaio. Gostaria que pudesse, por gentileza, ficar de pé, só para que as pessoas também possam saber quem está falando. Obrigado. A senhora tem três minutos.

**A SRA. NADIR SAMPAIO** - Eu sou nadir Sampaio, sou protagonista de uma ação civil pública aqui no estado de São Paulo que tem 17 anos e é surreal. Foram duas ações minhas individuais que geraram uma ação civil pública. A ação civil pública está dizendo que o governo tem que oferecer atendimento especializado para os autistas, e não colocar os autistas nas instituições já existentes. O governador não faz, e o Ministério Público - eu já falei para a promotora - está mancomunado com o governo do estado.

A ação civil pública também diz que o meu filho, que nasceu aqui, no Hospital São Luiz, na Avenida Santo Amaro, tinha que estar o mais próximo da casa dos familiares. Meu filho está em Atibaia há 18 anos, por conta de uma gambiarra, um puxadinho, um gato do governador Geraldo Alckmin. É surreal que na cidade mais rica do País não se respeitem as diferenças. Agora, no começo do ano, eu soube de 21 escolas credenciadas pela Secretaria Estadual da Saúde graças à ação civil pública, que está sendo cumprida a meia boca. Eu quero saber até quando a gente vai esperar para ter um atendimento digno para as nossas crianças.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Eu quero dizer, apesar de ser negra e mãe de um autista, que os meus antepassados construíram esta porcaria deste País com sangue, suor e lágrimas, e que a gente não deve nada. Muito pelo contrário, somos maltratados neste País. Eu vivi 16 anos perambulando em busca de um atendimento para o meu filho. Eu trabalhava, eu era babá, eu ia para Boston. Eu engravidei, e a minha vida parou. Eu perambulei durante 16 anos até chegar ao escritório do Dr. José Yunes, que me acolheu sem um tostão no bolso.

Foram duas ações, e o meus advogados foram ao Ministério Público e pediram para fazer ação civil pública. A ação civil pública é perfeita e vem sendo descumprida. Eu já estive com o Dr. David Uip aqui na Assembleia e perguntei por que ele não estava preso, ele e o governador, porque, se eu descumpro uma ordem judicial, tem cadeia para mim. Por que para eles não tem?

Até quando a gente vai esperar? Tem dinheiro para tudo, para corrupção, enfim, para tudo o que todo mundo sabe, só não tem para quem precisa. Eu não sei até quando eu vou aguentar essa situação. Eu sou obrigada a estar viajando para Atibaia se eu quiser ver o meu filho. Eu me sinto torturada pelo Governo do Estado. Já bati na porta da Dra. Alexandra Fuchs, que é a juíza, e ela faz vista grossa.

Eu estou aqui falando para quem quiser ouvir. Eu sou ameaçada de ser presa quando eu venho aqui e falo para Dra. Sandra - eu não me lembro do sobrenome dela, eu nem tomo conhecimento disso, e nem é bom saber, porque se ela está lá, ela me diz que o Ministério Público é para fiscalizar as leis. E ela faz vista grossa, eu não posso ter respeito por ela. Aí, enche de polícia aonde eu vou. Só que eu não tenho medo de ser presa, porque eu não devo nada! Pelo contrário, quem está devendo é o governador; é o outro aí, o Sr. Márcio, que está há oito anos também, e ninguém sabe do que se trata. Eu vou passar para a Sabrina falar sobre esse edital, que agora o governador está querendo que as escolas particulares deem alimentos para os autistas....

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Por gentileza, eu gostaria que a senhora... Já deu o tempo regimental..

**A SRA. NADIR SAMPAIO** - Deem alimento, material de higiene e uniforme. Que as escolas particulares paguem para trabalhar para os autistas. Isso é surreal, é um absurdo. Eu tenho falado aos pais que a gente tem que ocupar a Secretaria da Saúde, o Ministério Público e o Fórum.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Por gentileza, eu gostaria que cortasse o microfone, para que houvesse respeito...

**A SRA. NADIR SAMPAIO** - Só que os pais não têm coragem... Na hora em que a gente começa a falar a verdade, vocês querem cortar... (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Por gentileza, se não houver o respeito...

**A SRA. NADIR SAMPAIO** - (Fala fora do microfone.) São 17 anos! (Palmas.) Quem são vocês para me dizer? Eu fiz greve de fome no ano de 2001. Atrasavam o pagamento do meu filho! Oito meses, eu mostro para vocês.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Eu gostaria, por gentileza, que a Polícia Militar... Só estivesse presente no plenário...

**O SR.** - (Fala fora do microfone.) Fica tranquila.

**A SRA. NADIR SAMPAIO** - (Fala fora do microfone.) Vocês querem que eu tome remédio... Eu faço pior.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Vamos suspender a reunião por três minutos.

Está suspensa a reunião.

\* \* \*

- Suspensa a reunião...

\* \* \*

**A SRA. NADIR SAMPAIO** - (Fala fora do microfone.) Eu sou capaz de cometer nem sei o quê.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

**O SR.** - (Fala fora do microfone.) Deixe-a completar a fala.

**A SRA. NADIR SAMPAIO** - (Fala fora do microfone.) “Calma” - toda vez. Deputado, como é que a gente fica calma num País desse? Que não respeita as diferenças! A criança autista amarrada, enjaulada dentro de casa! Me larga! E todo mundo fingindo que não está ouvindo! A cada vez que a gente vem e fala, continua tudo do mesmo jeito, tudo igual!

**A SRA.** - Dona Nadir, eu vou falar do orçamento desse ano. Deixe-me só tocar no assunto do orçamento desse ano.

**O SR.** - (Fala fora do microfone.) Nadir, deixe-a terminar.

**A SRA. NADIR SAMPAIO** - (Fala fora do microfone.) Esse governo há 40 anos aí...

**A SRA.** - Nós temos 25 escolas credenciadas e 2.500 alunos autistas credenciados. Nós temos uma contabilidade de 2013.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Corte o microfone, por gentileza. Está cortado.

**A SRA. NADIR SAMPAIO** - (Fala fora do microfone.) A gente tem que chacoalhar as estruturas deste País! Nós, mulheres mães de autistas...

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Se quando eu abrir a reunião, ela estiver falando, vou levantar a reunião. Já deram os três minutos?

\* \* \*

- ... a reunião é reaberta, sob a Presidência do Sr. Wellington Moura.

\* \* \*

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Caso haja novamente o desrespeito, quero comunicar a todos que irei levantar a reunião e dar por encerrados os trabalhos. Agora, tem a palavra Bia Aragão, do DCE Fatec.

**A SRA.** - Eu posso falar só do orçamento, por favor? Posso só complementar? É um segundo.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Se não houver desrespeito, eu deixo.

**A SRA.** - Eu não vou desrespeitar ninguém. O que acontece é o seguinte: hoje, a gente tem um orçamento de 34 milhões e alguns quebrados para custear a questão da ação civil pública sobre o autismo. Isso envolve Ama, Apaes; envolve os credenciamentos das escolas especiais e outras questões judiciais. Fazendo as contas, não pagam nem as 25 escolas, que já estão com um edital que está aí arrastado há muito tempo, sobre a inviabilidade de as escolas cumprirem. Elas estão simplesmente quebrando. E uma caneta do secretário da Educação poderia resolver toda essa questão.

Fui pessoalmente ao gabinete do Márcio falar sobre isso. E o Dr. Biali simplesmente jogou tudo para as Apaes. A Apaes não suporta nem metade dessa demanda. Em relação à Educação de preparo, à inclusão, em relação à educação inclusiva e em relação à educação especial. Nenhuma das três pode ser extinguida, se uma é atendida e a outra não. E 34 milhões não fecham a conta. Eu gostaria de perguntar ao secretário do Planejamento o que vai ser feito ainda este ano que vai criar um déficit. Mais ou menos... Ninguém aqui é especialista em orçamento. Mais ou menos cinco milhões é o que nós pais fizemos. Mas se puser no papel direitinho, pode jogar um pouquinho mais.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - A sua pergunta está feita. Quando terminarem as três pessoas, o secretário responde.

**A SRA.** - Obrigada.



**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Obrigado pelo respeito. Eu gostaria de passar a palavra à Bia Aragão, do DCE - Fatec.

**A SRA. BIA ARAGÃO** - Obrigada. Boa tarde. Inicialmente, gostaria de me solidarizar à causa das crianças autistas e de todas as mães negras que sofrem no estado de São Paulo com as negligências que são feitas. Quero agradecer pelo espaço de fala, agradecer a presença do secretário de Planejamento, Maurício Pereira, e falar um pouco do que acontece na Fatec, nas Etecs e no Centro Paula Souza. Além da grande expansão que foi feita - e a gente acredita que de maneira irresponsável, já que o financiamento das Fatecs não acompanhou essa expansão para que a gente pudesse garantir a qualidade de todas as unidades. Chegando à calamidade de encontrar Fatecs no fundo de escolas estaduais, Fatecs em prédios alugados, Fatecs que chegaram a sofrer ordem de despejo, como aconteceu em Guarulhos, porque quem era responsável pelo prédio era a prefeitura, que parou de pagar o aluguel.

Existe uma série de problemas, então eu queria primeiro somar à reivindicação que o Fórum das Seis já faz aqui, sobre o financiamento das universidades públicas. Mas também é um financiamento próprio do Centro Paula Souza, já que até o momento o Centro Paula Souza não possui uma dotação própria, e essa é uma das nossas reivindicações.

E queria utilizar o espaço para novamente falar sobre o grande problema de evasão que existe hoje nas Fatecs e Etecs. Desde 2014, o DCE da Fatec roda também as audiências da LDO e da LOA para conseguir aprovar nosso orçamento, que baseava em torno de sete milhões para atender a 1% de bolsas, o que seria a primeira política de permanência estudantil nas Fatecs. E até agora nosso projeto continua barrado. A Fatec é a única faculdade pública do País que não possui política de permanência estudantil, não possui bolsa e restaurante universitário, muito menos moradia.

O que a gente pede hoje, nesta Casa, é que nosso projeto possa ser votado. O governador Márcio França já dialogou com o DCE da Fatec, falou que vê com bons olhos o nosso projeto e que quer começar a resolver esse problema. Porém, no momento, o PL 570/16 está travado no Colégio de Líderes pela bancada tucana, que negligenciou por tantos anos o problema da Fatec. Agora, o PSDB continua travando nosso projeto no Colégio de Líderes, impedindo a votação e o encaminhamento.

Então, queria fazer novamente um clamor para que a gente pudesse resolver esses problemas e aprovar o PL 570/16, para que de fato o governo Márcio França possa

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

sancioná-lo e que a gente possa começar a luta contra a evasão dentro da Faculdade de Tecnologia das Escolas Técnicas do Estado de São Paulo. E também que nossa dotação própria possa ser aprovada, para que a gente possa avançar com a estrutura da Fatec e com o ensino técnico e tecnológico no estado de São Paulo. Muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Obrigado, Bia. Gostaria de passar a palavra, agora, a João Chaves, da coordenação do Fórum das Seis, para fazer uso pelo tempo regimental de três minutos.

**O SR. JOÃO CHAVES** - Boa tarde a todos. Eu queria agradecer ao deputado Enio Tatto e ao presidente da Comissão de Finanças pela possibilidade de ter uma fala pelo Fórum das Seis. Antes da minha fala, eu queria me solidarizar também com as mães das crianças portadoras de autismo e o sofrimento que elas têm enfrentado durante a caminhada que têm feito até agora.

Eu queria dizer algumas coisas a respeito, inclusive, de coisas que foram ditas nesta mesa. A primeira coisa é a seguinte: existem cotas étnico-raciais nas universidades e relacionadas com situação econômica de fragilidade, ou seja, pessoas provenientes de escola pública, que contrariam, de certo modo, aquilo que afirmou o secretário. Os filhos das pessoas em situação econômica menos favorecida poderão entrar na universidade, sim, por meio dessas cotas.

O grande problema que tem acontecido com as universidades é um problema muito semelhante ao que aconteceu com o ensino fundamental e médio. Na medida em que o ensino fundamental e médio paulista abriu as suas portas e “democratizou-se”, no sentido de permitir a entrada de maior número de pessoas, sofreu, concomitantemente, um processo de destruição da sua qualidade. Quer dizer, houve um processo de arrocho salarial e também de degradação do tipo de trabalho que é produzido lá e da qualidade de trabalho produzido no ensino fundamental e médio do estado paulista. Isso é exatamente aquilo que está acontecendo, neste momento, nas universidades públicas paulistas.

Na medida em que se abrem as universidades públicas paulistas para os extratos de baixa renda da população paulista e brasileira, nesse mesmo momento estamos por um processo de subfinanciamento das universidades públicas paulistas e do Centro Paula Souza. Quando falamos das universidades públicas paulistas e do Centro Paula Souza, estamos falando de mais de meio milhão de estudantes. Meio milhão de

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

estudantes paulistas e brasileiros que merecem uma formação de qualidade e que merecem, da parte do Estado e da Assembleia Legislativa, um olhar cuidadoso para essas universidades e para essas instituições, ou melhor, para o sistema superior público de ensino paulista.

Caso isso não aconteça neste momento, o sistema superior público de ensino paulista, que já está em processo de colapso, pode passar do ponto de não retorno. E se a gente passar desse ponto de não retorno, para pode reconstituir a qualidade que construímos até agora no sistema de ensino público superior paulista, vai demorar décadas. E isso é uma responsabilidade que está agora, neste momento, no colo do governador e no colo da Assembleia Legislativa. Nós esperamos que nossos deputados e que o governo estadual tenham a sensibilidade no sentido de não permitir que essas universidades e o Centro Paula Souza sejam destruídos, porque é disso que se trata.

Então, refaço o apelo do Fórum das Seis, para que o governo estadual e a Assembleia Legislativa conversem com o Fórum das Seis, que sempre esteve à disposição para o diálogo, para apresentar alternativas, para que possamos superar essa crise.

E é responsabilidade do estado e da Assembleia Legislativa manter as universidades públicas paulistas. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB -** Obrigado. Passo a palavra ao secretário, por gentileza, para responder às perguntas.

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL -** O único que fez uma pergunta mais objetiva, uma questão aqui, eu não tenho os números de cabeça, seria difícil pensar agora, para dar uma resposta, mas eu me coloco à disposição. Vamos marcar uma... O Biale fez um esforço dentro daquilo que ele conhece. Queria me colocar à disposição do gabinete para recebê-las.

Deixe-me entender exatamente que número é esse. É óbvio que qualquer alteração nós temos que entender de onde nós vamos reduzir e para onde vamos suplementar. Não, quando eu falo em números, veja, eu posso fazer o discurso mais fácil aqui, que é dizer vamos atender tal, tal e tal. Eu tenho certeza absoluta que essa não é uma questão de hoje. Absoluta. É questão que vem se desenrolando.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Estou me dispondo, no gabinete, a receber, não no gabinete, onde quer que vocês entendam como melhor, e esse é um assunto que eu conheço, meu último produto no PNUD, no estado de São Paulo, e me orgulho do trabalho que fiz lá.

Há um levantamento com 17.000 famílias que recebem o BPC. Então, a dificuldade de acesso e permanência na escola no estado de São Paulo, e na capital de São Paulo, essa questão é tratada pela ONU como área de conflito. São Paulo é a principal área de conflito, porque não consegue fazer o acesso, nem a permanência na escola, de criança com algum tipo de deficiência.

Esse é um assunto que conheço, acho que é o que o presidente Wellington pediu aqui. Vamos sentar, vamos dialogar, deixem eu entender melhor, sensibilizar o governador Márcio, sensibilizar a Assembleia naquilo, tenho certeza de que são sensíveis, deixem eu entender melhor, senão vou lhe dar uma resposta amanhã já. Amanhã é um dia ruim, por conta de um expediente mais enxuto. Esta semana, não é depois de amanhã, está aqui o Cerri, que é meu adjunto lá. Eu vou receber, faço questão de dar uma palavrinha com ele. Nas outras duas questões...

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Sr. Secretário, seria importante o senhor apresentar a sua equipe. É importante até para a Casa.

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Acho que a questão do Centro Paula Souza é um debate que o Dr. Márcio vem fazendo há tempo, como vem fazendo há tempo o único secretário que passou por lá, essa questão dos penduricalhos que temos nas três universidades.

Mas eu ainda, eu, desautorizado pelo Dr. Márcio, ainda prefiro fazer o discurso de que a sociedade, como um todo, é igual perante a lei, do que fazer discurso protecionista sobre isso, ou sobre aquilo.

Ou vamos para um debate franco e aberto, onde o filho da moça da água mesmo tem, sem falar em cota. Ou vamos para o debate aberto, ou nós vamos continuar falando em reserva de mercado. Eu não gosto de falar em reserva de mercado.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Secretário, agradecemos pela sua presença, que há tanto tempo não vem um secretário do Planejamento a esta comissão. Tenho certeza de que tudo que foi explanado aqui será de grande valia para a Assembleia Legislativa, para esta comissão.

**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**  
**SERVIÇO DE REGISTRO E REVISÃO TAQUIGRÁFICA (SRRT)**

Depois vamos buscar as respostas de V. Exa., em relação a alguns pleitos, mas agradeço desde já. Sabemos que o senhor é uma pessoa competente, para que possa assumir essa pasta e dar andamento dela. Parabéns, obrigado.

**O SR. MAURÍCIO JUVENAL** - Presidente, sei que a última fala é sua, só queria uma confissão aqui, sem nenhuma discordância. Vimos pela primeira vez, vimos com friozinho na barriga. Eu ainda sou daqueles que sentem frio na barriga quando têm um compromisso novo a cumprir.

De todos vocês, Vinholi, o senhor, deputado Bolçone, o carinho do deputado Carlão, o Enio Tatto, que, volto a dizer, a atuação dele sempre foi e continua sendo referência para mim. Eu queria agradecer a acolhida e o nível franco e aberto aqui dessa conversa que nós pudemos ter aqui nessas duas horas e meia.

Muito obrigado, queria então, só rapidamente, apresentar a equipe. Se a equipe quiser se apresentar, o Wilton Fachini, junto com o Gustavo, coordenam a área orçamentária nossa. A Kelly Lopes coordena essa área de planejamento da Secretaria. O Dr. Cerri é o nosso adjunto. A doutora que está conversando ali é a Dra. Monalise, é a subsecretária de relações institucionais, e o Dr. Dalmo, nosso subsecretário de articulação com os municípios. Todos estão à disposição de vocês, o tempo todo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB** - Obrigado, nós estamos então encerrando a reunião da Comissão de Planejamento, Finanças e Planejamento na Assembleia. Obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

\* \* \*